

ANÁLISE DO PROCESSO MIGRATÓRIO NA REGIÃO METROPOLITANA DE
FORTALEZA

Carlos Alberto Alcântara Alves

Dissertação submetida à coordenação do
Curso de Mestrado em Economia - CAEN - como requisito parcial
para obtenção do grau de mestre.

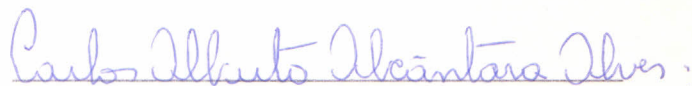
BCME-BIBLIOTECA

Universidade Federal do Ceará

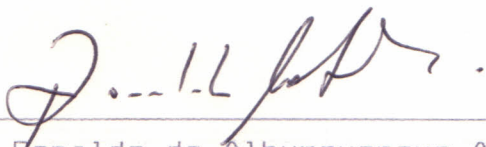
Fortaleza - 1993

Esta dissertação foi submetida como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Economia, outorgado pela Universidade Federal do Ceará, e encontra-se a disposição dos interessados na biblioteca central da referida Universidade.

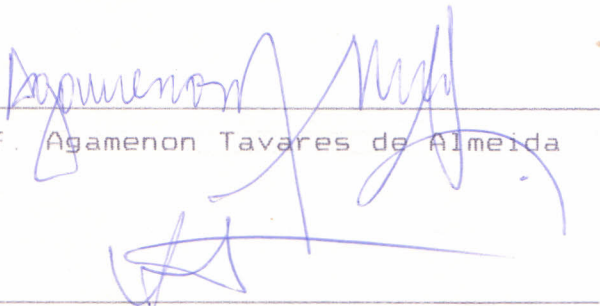
A citação de qualquer trecho desta dissertação é permitida, desde que seja feita de conformidade com as normas de ética científica.


Carlos Alberto Alcântara Alves

Dissertação Aprovada Em: 09 de julho de 1993



Prof. Ronaldo de Albuquerque Arraes
Orientador da Dissertação



Prof. Agamenon Tavares de Almeida


Prof. Antônio Lisboa Teles da Rosa

BCME-BIBLIOTECA

À minha esposa Sílvia pelo estímulo e compreensão em todos os momentos.

Às minhas filhas Karla e Karizi, motivo de todos os meus esforços.

"É fácil amar a Humanidade,
o difícil é amar o próximo"

(Gêneses)

"Se algum dia vocês forem surpreendidos pela
injustiça ou pela ingratidão, não deixem de crer
na vida, de engrandecê-la pela descência, de
construí-la pelo trabalho"

(Edson Quiróz)

AGRADECIMENTOS

À Deus, por ter me dado capacidade para desenvolver a presente dissertação, a qual significa, importante conquista em minha vida.

Agradeço carinhosamente à minha esposa **Sílvia** e as minhas filhas **Karla** e **Karizi**, pelo amor e compreensão dos seus momentos roubados de lazer para efetivação deste sonho.

Um agradecimento especial aos meus pais, irmãos e irmãs pelo apoio e incentivo.

Aos professores do CAEN, que contribuíram, direta ou indiretamente, na realização desta dissertação. Dedico especial agradecimento ao professor **Ronaldo de Albuquerque Arraes** pelo apoio e pela dedicada orientação à elaboração da presente dissertação. Aos professores **Agamenon Tavares de Almeida** e **Antônio Lisboa Teles da Rosa**, em virtude das pertinentes críticas que muito contribuíram para a melhoria do presente trabalho.

A todos colegas do corpo docente do CAEN, em decorrência das amizades que tenho desfrutado, principalmente, pelo apoio recebido em várias fases da elaboração deste trabalho, em especial: **Francisco Marcelo**, **Augusto Marcos**, **Francisco Sales**, **Flávio Ataliba**, **Adriano**, **Medina**, **Alencar** e **Socorro**, deixo explícida minha gratidão.

Em especial a **Aprígio Botelho Lócio**, pela colaboração prestada em momentos cruciais pela consultoria e assessoria em informática nas várias versões requeridas, meus sinceros agradecimentos.

A Edna, Belmiro e ao amigo Mano (in memoriam), responsáveis pela biblioteca do CAEN, pela atenção, dedicação e amizade a todo corpo docente do curso.

Aos amigos Cleber, Estrela, Aluíso e Carmem pela amizade e atenção.

Ao SINE/CE pela colaboração e liberação dos dados necessários à realização desta dissertação.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
2	O PIONERISMO DO PROCESSO MIGRATÓRIO	5
3	TEORIAS EXPLICATIVAS DO PROCESSO MIGRATÓRIO	11
3.1	Teoria Neoclássica	11
3.2	Teoria Estruturalista	19
4	CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA	28
5	DADOS E METODOLOGIA	47
5.1	Fontes de Dados	47
5.2	Metodologia	50
6	RESULTADOS EMPÍRICOS	53
7	CONCLUSÕES	111
8	BIBLIOGRAFIA	114

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 - Participação Relativa dos Indivíduos que Migraram Há Menos de 3 anos. Por Regiões de Origem e Destino 1970/1980.54
TABELA 02 - Motivo de Saída dos Migrantes Cearenses para a RMF, nos períodos de 1981 e 1990.57
TABELA 03 - Distribuição dos Residentes na RMF, por Faixa Etária em 1986 e 1990.61
TABELA 04 - Distribuição dos Residentes na RMF, por Grau de Instrução em 1986 e 1990.69
TABELA 05 - Distribuição dos Migrantes por Tempo de Residência na RMF, em 1986 e 1990.71
TABELA 06 - Distribuição dos Residentes na RMF, por Sexo e Faixa Etária em 1986 e 1990.72
TABELA 07 - Distribuição dos Residentes na RMF, em Percentagem, por Sexo e Faixa Etária em 1986 e 1990.76
TABELA 08 - Distribuição dos Residentes na RMF, por Grau de Instrução e Sexo em 1986 e 1990.79
TABELA 09 - Distribuição dos Residentes na RMF, por Grau de Instrução e Sexo em 1986 e 1990.82
TABELA 10 - Distribuição dos Residentes na RMF, por Grau de Instrução e Faixa Etária em 1986.85
TABELA 11 - Distribuição dos Residentes na RMF, por Grau de Instrução e Faixa Etária em 1990.87
TABELA 12 - Distribuição dos Residentes na RMF, por Ocupação em 1986 e 1990.90
TABELA 13 - Distribuição dos Rendimentos dos Residentes na RMF, nos períodos 1986 e 1990.92
TABELA 14 - Distribuição Relativa dos Rendimentos dos Residentes na RMF, por Sexo nos períodos de 1986 e 1990.95
TABELA 15 - Distribuição dos Residentes na RMF, por Remuneração e Faixa Etária em 1986 e 1990.99
TABELA 16 - Distribuição dos Residentes na RMF, por Remuneração e Grau de Instrução em 1986 e 1990.	105

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo contrastar as condições sócio-econômicas dos indivíduos migrantes com os não-migrantes residentes na Região Metropolitana de Fortaleza nos anos de 1986 e 1990, tendo por base as variáveis sexo, idade, educação e rendimento. Utilizou-se dados de amostras representativas a nível individual, extraídas de pesquisas realizadas pelo SINE/CE. O estudo evidencia que as causas de migração, em ambos períodos considerados, são as seguintes por ordem de importância: falta de emprego, falta de escola e seca no setor de origem. Observou-se que, do contingente migrante há um fluxo mais intenso de indivíduos mais jovens independente do sexo, porém, no total, o contingente feminino seja maior. Constatou-se que os migrantes apresentam um menor nível de qualificação formal, comparados aos não-migrantes, e que eles ao chegarem na região de destino (RMF) passam por um processo seletivo no que se refere às oportunidades no mercado de trabalho, proporcionando-lhes rendimentos mais baixos relativos aos não-migrantes.

1 INTRODUÇÃO

A mobilidade geográfica ou espacial de uma população é tema que interessa diretamente ao estudo dos assuntos pertinentes ao Homem, pelos efeitos que exerce sobre a distribuição da população e por sua interação com outras forças das mudanças e diferenciações sociais e econômicas.

O estudo dos problemas urbanos brasileiros e suas soluções para as áreas metropolitanas, tem merecido especial atenção nas últimas décadas por parte de um número substancial de pesquisadores. Esses estudos ocorrem especialmente devido a explosão demográfica urbana; as elevadas taxas de crescimento da população urbana de forma geral, e da população de algumas cidades de forma particular, observadas após a década de 60. Vale resaltar, que houve um aumento substancial do fluxo migratório na Região Metropolitana de Fortaleza entre as áreas rural/urbana, que segundo Ferreira(1984 p.65), durante os período de 1960/70 de 21,3% passou para 37,3% no período de 1970/80.

Pode-se afirmar que no complexo unido das áreas urbanas, o crescimento acelerado das cidades é o responsável principal pelo acirramento de problemas econômicos e sociais. O processo migratório tem influído para o aumento do desequilíbrio rural-urbano de duas maneiras, tais como: i) do lado da oferta, aumentando de forma desproporcional a taxa de crescimento representativo do número de indivíduos que procuram empregos urbanos relativamente ao crescimento da população urbana; ii) do

lado da demanda, devido ao fato de que a maior parte da geração de novos empregos urbanos é mais difícil e custosa de ser obtido do que a da criação de empregos rurais.

Assim, as forças de desequilíbrios de oferta e demanda fazem com que os níveis de desemprego tornem-se mais elevados. Este fato, associado ao crescente desemprego recessivo, tem contribuído para o agravamento dos problemas de ordem social e econômicas existentes nas áreas urbanas, tais como: aumento da marginalidade e da criminalidade, expansão de favelas, etc.

Nesse contexto, tem-se que analisar esse crescimento acelerado como resultado do processo migratório, pois é um fenômeno que ocorre em todos os países e em todas as regiões independentemente do seu grau de desenvolvimento.

Para reforçar este argumento deve-se compreender em especial o conceito de migração interna regional o qual faz o suporte deste trabalho.

Deve-se entender o conceito de migração como mudança do lugar de residência, isto é, o fato de o indivíduo passar a morar em um lugar novo, ou em um lugar diferente do seu nascimento, de modo temporário ou permanente. Desse modo, segundo Ferreira(1984), para a apreensão do conceito de migração deve-se expurgar outros tipos de movimentos populacionais, tais como os deslocamentos de caráter profissional, turísticos, dentre outros, que não implicam em assentamentos "definitivos" na região de destino. Além do mais deve-se considerar como migrante a pessoa que se ausentou temporariamente do município de seu nascimento por motivos de frequência escolar, tratamento de saúde,

assistência a parente ou conhecido, serviço militar, estágio profissional, bolsa de estudo, etc.

Segundo o relatório da ONU (1972), a migração ocorre de forma mais ou menos contínua ao longo do tempo. Para estudar a sua incidência, há que se reunir dados relativos a períodos determinados. Quanto ao intervalo, pode ser definido (um ano, cinco anos ou um período intercensitário, etc.) ou indefinido (como por exemplo, a duração de vida de uma população residente numa data determinada).

Assim, o conceito de migração interna envolve duas variáveis de fundamental importância no seu entendimento, quais sejam: o tempo e o espaço. Ferreira(1984) define a migração interna como um deslocamento populacional ocorrido no interior de um certo país, ou região, com a característica particular de fixação de assentamento, aprioristicamente não transitório, ou seja, com um certo grau de permanência. Nesse sentido deve-se considerar a migração interna como um deslocamento populacional entre áreas, levando em conta as áreas e/ou locais de origem e de destino desses deslocamentos, e os períodos de permanência nos locais de destino. Desse modo, pode-se considerar como migrante um indivíduo que reside em um município que não o seu de nascimento durante um certo período de tempo, não definido aprioristicamente.

De modo geral, os grandes centros urbanos estão crescendo muito rapidamente, trazendo os inerentes problemas desse crescimento, tais como: o congestionamento, a poluição, a

insegurança social, que predominam em quase todas as grandes cidades. Isto acontece pois o "Homem rural" pressionado por fatores estruturais e/ou conjunturais, é levado a migrar por diversos motivos, como: baixa produtividade no campo, diferenciais de salários, e por aspirações como: saúde, educação, melhores condições de vida, etc; ao chegar na cidade ele passa a viver à margem do setor dinâmico da economia, morando em favelas, sub-empregado ou mesmo desempregado.

A atenção dessa dissertação estará voltada no sentido de analisar a problemática da migração em um contexto regional, buscando alguns efeitos sobre a redistribuição geográfica da população, no que se refere ao número, idade, sexo, grau de instrução, ocupação, rendimento, dos migrantes e não migrantes na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), nos períodos de março de 1986 e dezembro de 1990.

2 O PIONERISMO DO PROCESSO MIGRATÓRIO

O primeiro estudo sobre o processo migratório foi realizado por Ravenstein (1885), que tentou formular uma teoria explicativa desse fenômeno com base nos dados dos Censos Demográficos do Reino Unido de 1871 e 1881.

Os pontos mais importantes da sua análise consistem na classificação dos migrantes e nas leis gerais da migração.

Para esse autor, os migrantes classificam-se como:

- 1) Migrante Local;
- 2) Migrante de Curta Distância;
- 3) Migração por Etapa;
- 4) Migrante Temporário.

Os dois primeiros tipos de migrantes, representam aqueles cujo o deslocamento limita-se de uma a outra parte da mesma área ou "paróquia" de nascimento, pois leva em consideração a distância entre as áreas de origem e de destino.

A migração por etapa, refere-se ao indivíduo que viaja em busca de emprego, radicando-se, por algum tempo, aqui e ali, até que, se ache, quando do recenseamento, em um local bem afastado do de partida.

Com relação a identificação dos migrantes temporários, eles são considerados como elemento de população flutuante, que existe em grandes cidades de composição complexas.

Na análise de Ravenstein (1885), a cada fluxo ou corrente migratória principal, corresponde uma corrente contrária, que pode compensar ou não as perdas provocadas pela

imigração. Em alguns casos, tal corrente é forte, em outros é fraca, e só em poucos casos são literalmente compensatórios.

Cabe situar que essa corrente contrária não se compõe de migrantes que retornam à terra natal, desiludidos e sem esperança, uma vez que, os deslocamentos dos migrantes são freqüentemente regidos por razões econômicas.

Na visão desse autor, a procura de mão-de-obra nos centros intrustriais e comerciais é, sem dúvida, a primeira causa das correntes migratórias.

Assim, ele apresenta os seguintes pontos como sendo, "As Leis da Migração".

- 1) Em grande parte, os migrantes se deslocam a certa distância para os grandes centros comerciais e industriais absorvedores de migrantes;
- 2) O processo de dispersão é o inverso do de absorção e apresenta características semelhantes;
- 3) Cada corrente migratória produz uma corrente inversa compensatória;
- 4) As pessoas que migram a longa distância se dirigem, preferencialmente, para grandes centros comerciais e industriais;
- 5) Os naturais das cidades migram menos do que os naturais das áreas rurais do País;
- 6) As mulheres migram mais do que os homens.

Nessa mesma linha de pensamento, Lee (1966) intentou uma formulação teórica com o objetivo de consolidar as formulações de Ravenstein.

Lee (1966) define migração como sendo um processo de mudança permanente ou semipermanente de residência. Essa definição é muito genérica, pois inexistente qualquer tipo de limitação com respeito à distância do deslocamento, ou à natureza voluntária ou involuntária do ato, como também não estabelece

distinção entre migração externa e a migração interna. Não considera a questão referente a, quão curta ou quão longa, quão fácil ou quão difícil, a verdade é que todo ato migratório implica num lugar de origem, num lugar de destino e numa série de obstáculos intervenientes.

Esse autor, considera que os fatores que entram na decisão de migrar pode ser resumido sob quatro categorias:

- a) Fatores associados ao local de origem;
- b) Fatores associados ao local de destino;
- c) Obstáculos intervenientes;
- d) Fatores pessoais.

Com relação aos dois primeiros, pode-se dizer que existem inúmeros fatores que atuam no sentido de reter as pessoas dentro da própria área ou de atraí-las para si, e outros que tendem a expulsá-las. Assim, a migração resulta de uma comparação dos fatores nos locais de origem e de destino. Deve-se ressaltar que o saldo a favor do deslocamento deve ser suficientemente forte para vencer a inércia natural que sempre existe. Ademais, sempre prevalece entre dois pontos, uma série de obstáculos intervenientes, que podem ser leves em certos casos e insuperáveis em outros.

Pode-se destacar como obstáculos, a distância entre os locais de origem e de destino, bem como, o custo de transporte, uma vez que, a grande maioria dos migrantes só se deslocam a curta distância. Segundo Lee (1966), os migrantes recenseados em um determinado centro de obsorção diminuem a medida que aumenta a distância entre as áreas de origem e de destino.

Existem muitos fatores pessoais que afetam os

indivíduos e que facilitam ou retardam a migração. Há pessoas que resistem a mudanças (p.e. as mudanças estruturais) e pessoas que simplesmente lhes agradam mudar por mudar. Certos indivíduos necessitam de razões bastante fortes para migrar, e indivíduos que basta uma melhor proposta para migrar.

Dentro desse raciocínio, Lee (1966 p.103), destaca alguns fatores que influenciam o volume migratório.

1) O volume migratório dentro de uma determinada região varia com o grau de diversificação entre as áreas dessa região. Isto é, as migrações resultam em parte, de uma consideração dos fatores positivos e negativos prevalecente nos locais de origem e de destino, assim, a diversificação entre as áreas provocam um deslocamento de indivíduos de uma região não desenvolvida para uma região desenvolvida.

2) O volume migratório relaciona-se com a dificuldade de superar os obstáculos intervenientes. Assim, a eliminação desses obstáculos (p.e. a queda do Muro de Berlim), desencadeia grandes fluxos migratório; enquanto que a imposição de novos obstáculos ou a intensificação dos antigos traz forte redução nos fluxos contínuos e prolongados.

3) O volume migratório varia com as flutuações da economia, que afetam a comparação dos fatores positivos e negativos prevalecentes nos locais de origem e de destino. Durante o período de expansão econômica, criam-se novas empresas comerciais e industriais, demandando assim um maior volume de mão-de-obra, o qual consiste em um fator de atração. Nos períodos de depressão, algumas das empresas comerciais e industriais de criação recente fracassam, desempregando determinada quantidade de mão-de-obra, que é levada a migrar em busca de novas oportunidades.

Deve-se frizar que o volume migratório tende a aumentar com o tempo por várias razões, dentre as quais mencionam-se a crescente diversificação entre as áreas e a redução dos obstáculos. Isso decorre devido o processo de industrialização, que provoca um aumento na diversificação entre áreas de uma mesma região, agravando as diferenças econômicas entre elas, em termos de áreas agrícolas e áreas urbanas. Nesta perspectiva o

desenvolvimento tecnológico desempenha importante papel para a redução dos obstáculos; as comunicações tornam-se mais fáceis e o transporte torna-se mais barato em termos relativos á renda média prevalecente. Logo, a própria migração também opera para aumentar a migração, pois é mais provável que voltem a migrar pessoas que já tenham migrado uma vez, e que já tenham rompido os laços que as prendiam no local onde transcorreu sua infância, do que pessoas que nunca migraram.

Dentro desse contexto, Lee (1966 p.112) afirma que, "para cada corrente migratória, desenvolve-se uma contracorrente". Essa conexão é estabelecida por diversas razões. Uma delas é a de que os fatores positivos no local de origem podem desaparecer ou entrar em recesso, como por exemplo, durante uma depressão, ou ainda devido a uma reavaliação do balanço entre os fatores positivos e negativos prevalecentes nos locais de origem e de destino.

A própria existência de uma corrente migratória cria contatos entre os locais de origem e os de destino e propicia a aquisição de novos atributos no local de destino, quer no tocante a conhecimentos práticos quer no tocante a riquezas, que possibilitam retornar ao local de origem em condições vantajosas.

Nesse sentido, os migrantes passam a adquirir consciência de oportunidades existentes nos locais de origem que não haviam sido previamente exploradas, ou podem utilizar seus contatos na nova área no sentido de estabelecerem empresas comerciais na área antiga. Daí, poder-se então concluir que nem

todas as pessoas que migram têm a intenção de permanecer de forma indefinida no local de destino, uma vez que, algumas pessoas migram com a intenção de permanecer somente o tempo necessário para reunir o dinheiro suficiente que lhe possibilite levar uma vida mais cômoda no seu local de origem.

Os trabalhos de Ravenstein (1885) e Lee (1966) foram os pioneiros sobre o processo migratório, e deram suporte à criação das correntes Teóricas Neoclássica e Estruturalista para explicar esse fenômeno, que serão apresentadas a seguir.

3 TEORIAS EXPLICATIVAS DO PROCESSO MIGRATÓRIO

Existem duas correntes teóricas que dão suporte ao entendimento dos fluxos migratórios, no sentido de explicar a complexidade desse fenômeno, referente aos seus fatores determinantes, que são:

- a) Teoria Neoclássica;
- b) Teoria Estruturalista.

Uma discursão sucinta dessas teorias será feita a fim de dar o embasamento necessário para um melhor entendimento do processo migratório.

3.1 Teoria Neoclássica

A Teoria Neoclássica é fundamentada na Teoria do Capital Humano, cujos representantes desta corrente são: Michael P. Todaro e Larry L. Sjaastad, que interpretam o movimento migratório como um processo de transferência de mão-de-obra, uma vez que, ela parte do pressuposto de uma concepção de equilíbrio geral sob condições de perfeita mobilidade dos fatores, especialmente da mão-de-obra.

A idéia principal de Todaro (1969) serviu de base para a criação do seu modelo sobre migração interna entre os setores rural e urbano.

Todaro (1969), procurou formular um modelo econômico de comportamento da migração rural-urbana, reconhecendo a existência

de uma grande "reserva" de trabalhadores urbanos desempregados e sub-empregados. Para ele, o fluxo migratório está associado à gradual mas contínua transferência de agentes econômicos da agricultura tradicional para as atividades industriais modernas localizadas no setor urbano. Isto é, o trabalhador migrante deixa a atividade rural de baixa produtividade para engajar-se diretamente numa atividade industrial urbana de alta produtividade.

Todaro, admite então que a decisão de migrar de uma área rural para uma área urbana está funcionalmente relacionada a duas variáveis principais:

- 1) Ao diferencial rural-urbano de renda real;
- 2) A probabilidade de obtenção de um emprego urbano.

O fato que desperta interesse do indivíduo para emigrar, é a existência do diferencial de renda entre os setores rural/urbano. Entretanto, esse diferencial de renda não garante que haja emprego nos locais de renda mais alta, o que justifica a inclusão da variável probabilidade no seu modelo. A suposição implícita nos modelos típicos de transferência de mão-de-obra é a de que qualquer migrante ao entrar no setor moderno será absorvido e empregado remuneradamente ao nível de salário real urbano prevalecente. Portanto, a questão importante é saber quanto tempo em média terá o migrante de esperar para conseguir realmente um emprego. Mesmo que o salário real prevalecente seja significativamente superior à renda esperada no setor rural, e caso a probabilidade de obtenção de um emprego no setor moderno

venha a ser muito baixa, isso deverá influenciar a perspectiva de o migrante selecionar uma das alternativas de permanecer no quadro rural ou de deixá-la.

A tomada de decisão à migrar, está correlacionada positivamente com a probabilidade de encontrar emprego no setor moderno. Todaro (1969) justifica a inclusão dessa variável (probabilidade) no seu modelo, apresentando dois exemplos históricos que demonstram a notável importância assumida por essa variável.

O primeiro caso foi documentado por Theodore Shultz no que se refere aos deslocamentos realizados entre os setores agrícola e industrial pelos trabalhadores americanos não qualificados, durante os anos de depressão da década dos anos trinta. Em 1932 reverteu-se o processo migratório campo-cidade, mesmo prevalecendo um diferencial significativo (positivo) em favor dos salários urbanos. Isto ocorre devido à escassez de oportunidades de emprego nas fábricas do deprimido setor urbano e as maiores possibilidades de conseguir emprego nas áreas rurais.

A segunda ilustração, refere-se a uma experiência vivida no Quênia, sob a influência da OIT (Organização Internacional do Trabalho), que consistia num convênio tripartidário entre o Governo, empregadores e sindicatos trabalhistas no sentido de eliminar o desemprego existente na grande Nairobi. A essência do acordo, consistia num comprometimento dos empregadores (Governo e empresários) em aumentar o nível de emprego em 15% enquanto os sindicatos

trabalhistas abririam mão de quaisquer reivindicações de melhoria salarial. A consequência foi um aumento expressivo do desemprego decorrente de atração gerada pela possibilidade expansiva da demanda por mão-de-obra.

Assim, é possível reconhecer, mais uma vez, a influência básica que a probabilidade de encontrar emprego exerce sobre a oferta dos trabalhadores rurais no mercado de trabalho urbano.

Logo, o indivíduo antes de decidir migrar, terá que pensar nas probabilidades e nos riscos de permanecer desempregado durante um certo período de tempo ou de conseguir um emprego ocasional nas atividades urbanas, considerando os diferenciais de salários pagos favoráveis nos grandes centros urbanos.

As suposições que Todaro (1969) faz para formular o seu modelo são as seguintes:

- a) A variação percentual da força de trabalho, como resultante de uma migração em determinado período é regida pelo diferencial entre os fluxos de renda real urbano/rural esperada³, expressa como percentagem do fluxo descontado de renda rural esperada;
- b) O horizonte de planejamento para cada trabalhador é idêntico;
- c) Os custos fixos de migração são idênticos para cada trabalhador;
- d) O fator de desconto é constante ao longo do horizonte de planejamento, e idêntico para todos.

Devemos ressaltar que as premissas do seu modelo apresenta uma grande semelhança com o Modelo de Concorrência

³ - É definido como o diferencial de renda efetiva ajustada pela probabilidade do migrante encontrar emprego no setor urbano-industrial.

Perfeita, na medida em que reduz a existência de diferencial de salário ao investimento em capital humano, uma vez que, a migração é um fenômeno que funciona como um mecanismo de alocação de recursos do fator trabalho.

A variável probabilidade influenciará no comportamento do migrante, dado que, se a renda líquida urbana for maior do que a renda real líquida rural, a renda urbana "esperada" varia diretamente com a probabilidade de obter um emprego urbano. Dentro deste raciocínio, o autor chega a um modelo analítico da estrutura e do mecanismo do mercado de trabalho, cujas conclusões são:

a) Políticas que se destinam a eliminar o desemprego através do aumento da taxa de expansão industrial e/ou subsídio preço-sombra²² sem um esforço simultâneo de restringir o diferencial de salários urbano/rural, tem tudo para serem frustrados;

b) Um aumento na taxa de crescimento do produto, que provoca um aumento nas oportunidades de emprego no setor moderno, pode não diminuir o tamanho do setor tradicional, se o diferencial de renda urbano/rural aumentar em certo momento.

c) É extremamente importante que a produtividade do trabalho cresça de forma substancial no setor moderno para que as indústrias de substituição de importação possam pagar-se em termos reais. Entretanto, se o diferencial de renda rural/urbano continuar aumentando, a possibilidade de que haja um aumento da produtividade da mão-de-obra, acompanhado de uma queda de desemprego urbano, é muito remota.

d) A solução, então, não seria somente o aumento da produtividade, mas também a abertura de novas frentes de trabalho, o que nos coloca diante da opção do uso intensivo de capital ou trabalho.

Na parte final de seu trabalho, Todaro apresenta alguns comentários sobre as implicações da análise, versando

²² - é a aproximação do salário efetivo, ao preço de escassez da força de trabalho.

sobre as alternativas de políticas que repercutem sobre migração e desemprego.

A primeira consideração, refere-se a existência de efeitos interdependentes da expansão industrial, do crescimento da produtividade e da capacidade diferencial entre as rendas reais esperadas nas atividades urbanas e/ou rurais, sobre o tamanho e a taxa de crescimento da migração da mão-de-obra, sobre a distribuição ocupacional da força de trabalho urbana.

O segundo ponto, relaciona-se à grande dificuldade de se reduzir substancialmente o tamanho do setor urbano tradicional sem se fazer um esforço concentrado no sentido de tornar a vida rural mais atraente.

Por fim, enquanto o diferencial de renda rural/urbano continuar crescendo de forma a contrabalançar qualquer crescimento na taxa de expansão industrial, a armadilha de rendas permanentes mais altas continuará a atrair fluxos contínuos de migrantes para favelas urbanas cada vez mais congestionadas.

Alterativamente ao modelo de Todaro, Sjaastad (1962), focaliza o fenômeno migratório do ponto de vista eminentemente econômico. Envolve as migrações internas em um modelo macroeconômico em que são considerados os custos e os retornos dos investimentos em capital humano.

Assim, a melhor alternativa, pelo menos em termos analíticos, seria considerar a migração estritamente sob o prisma de um problema de alocação de recursos, pois deve-se tratar a migração como um investimento que incrementa a produtividade do

recurso humano, ou seja, um investimento que apresenta custos mas que também rendem retornos.

Para esse autor, os custos das migrações internas são classificados em: monetários e não-monetários, onde os custos monetários referem-se aos dispêndios monetários explícitos e imediatos, isto é, referem-se aos dispêndios que o migrante tem que fazer durante o seu deslocamento, referente a distância entre os locais de origem e de destino, o número de dependentes, transporte, alimentação, alojamento, etc.

E com relação aos custos não-monetários, pode-se destacar os custos de oportunidades, isto é, as remunerações que tem de abrir mão durante o período de viagem, da procura de um emprego, da aprendizagem de um novo ofício, etc.

Um outro tipo de custo não-monetário, também conhecido como custo "psicológico", refere-se ao abandono do grupo social que o indivíduo pertence, ou seja, refere-se ao abandono do ambiente em que nasceu, a família, os amigos, etc.

Esse autor, admite que os custos monetários são passíveis de fácil mensuração enquanto que os custos não-monetários, os "psicológicos" são difíceis, quando não impossíveis de medição. Daí surge a idéia de descartar os custos "psicológicos" como componentes dos custos de migração, admitindo como hipótese implícita, apenas pessoas cujos custos psicológicos marginais sejam zero.

Do mesmo modo, os retornos são classificados em: monetários e não-monetários.

Os retornos monetários da migração consistem, para qualquer indivíduo, do incremento positivo ou negativo no seu fluxo real de renda, resultante do deslocamento entre as áreas de origem e de destino. Este incremento pode resultar das variações ocorridas nas remunerações nominais, nos custos do emprego, nos preços, ou numa combinação desses três tipos.

Com relação aos retornos não-monetários, pode-se destacar, a preferência do indivíduo pelo clima, melhores oportunidades ao acesso a escola pelos filhos e aos sistemas de saúde para toda a sua família, ao invés de uma remuneração superior ao salário recebido na área de origem.

Sjaastad (1962 p.140-141), faz uma análise comparativa entre os custos e retornos privados e sociais de tal forma que tanto migrantes quanto não-migrantes recebem ganhos e sofrem perdas inerentes aos deslocamentos populacionais, onde os preços são relativos vistos sob a ótica dos migrantes. Ele diz: "A discussão de custos e retornos privados coloca a migração no contexto geral de uma economia competitiva que satisfaz os requisitos mínimos que permitam uma alocação "ótima" de recursos. Entre outros requisitos, os salários devem ser livremente determinados e não devem existir barreiras entre a mobilidade de trabalho e outros insumos de indústria para indústria, de região para região, além disso, os preços dos produtos devem ser determinados livremente e não devem existir barreiras ao livre comércio".

Para ele, a migração redistribui os recursos no sentido de igualar os ganhos espacialmente sujeitos a uma estrutura tributária, um processo que na verdade pode ocorrer em detrimento da alocação de recursos.

Sjaastad (1962), considera como fonte geradora de divergência entre retornos sociais e privados, a deficiência dos migrantes em estimar os retornos para os seus descendentes, resultantes do deslocamento espacial. Para os migrantes mais velhos, o excesso de retorno social sobre o privado tenderá a zero, uma vez que, eles dificilmente ainda terão filhos. Para os mais novos o retorno social também se aproxima muito do privado uma vez que transcorrerá um longo período de tempo até que seus filhos se insiram na força de trabalho.

Assim, o migrante é extremamente racional do ponto de vista econômico, e capaz de visualizar as vantagens e os gastos monetários que terá com a migração espacial. Para ele a migração situa no contexto de investimento. Daí, a principal conclusão de seu modelo é que a migração não pode ser considerada de forma isolada; os investimentos complementares no agente humano são, provavelmente, tão ou mais importantes quanto o próprio processo migratório.

3.2 Teoria Estruturalista

Para a corrente teórica estruturalista o processo estrutural do capitalismo é o grande responsável pelo

deslocamento populacional, isto é, considera que a urbanização, modernização e a industrialização são os fatores que estimulam a migração intra-estadual em direção às importantes áreas urbanas.

Desta maneira, a análise do fenômeno da migração acompanha o processo de evolução do sistema capitalista nos países sub-desenvolvidos e de como esta evolução e a própria dinâmica do capitalismo engendraram, não só um novo tipo de migração, como também um novo tipo de problema: a crescente marginalidade urbana⁸⁹.

Quando se pensa na dinâmica que desencadeia um processo de industrialização e seus efeitos sobre o deslocamento espacial da população, a migração passa a ser um simples mecanismo inerente a este processo.

A industrialização além de provocar uma diversificação nas técnicas de produção e uma diversificação maior de produtos, implica também em uma sensível modificação da divisão social do trabalho: pois a própria industrialização só é possível ocorrer mediante uma reestruturação econômica, política e social.

A busca de externalidades, tais como uma infraestrutura de serviços especializados (de energia, água, esgotos, transportes, comunicações, etc.) e redução de custos origina, nos centros comerciais, o surgimento das cidades industriais, nas quais faz surgir uma grande variedade de novos serviços (de

⁸⁹ - A marginalidade deve ser vista como um processo que decorre de forma peculiares de inserção de força de trabalho no sistema produtivo, que não são tipicamente capitalistas.

educação, de pesquisa científica, governamentais, de finanças, contabilidade, etc).

Nesses termos, a industrialização de um centro transforma este em polo de atração de áreas mais próximas, fazendo com que se torne um mercado cada vez mais importante de bens e serviços de consumo. Este último fato, fará com que surjam novas possibilidades de produção que, em busca das externalidades cada vez maiores, vão se instalar também neste centro.

Dentro desse panorama, as migrações internas, não parecem ser mais que um mecanismo de redistribuição espacial da população que se adapta, ao rearranjo espacial das atividades econômicas. As migrações internas, segundo Singer (1976), são consideradas como parte do processo de desenvolvimento, constituindo um sistema regulador dos desequilíbrios regionais e por representar a peça mais importante do processo de transformação estrutural de uma sociedade. O processo de migração interna adquire, assim, significado ao ser situado dentro do processo mais geral de transformação sócio-econômica de uma estrutura social agrária em uma estrutura industrial.

As modificações estruturais e organizacionais que sofrem os indivíduos, decorrentes do processo de industrialização constituem um elo entre a distribuição da população e o processo migratório. Aliás, as regiões mais desenvolvidas atuam como áreas de atração para outras populações, onde os efeitos atrativos são constituídos de oportunidades sócio-econômicas nas áreas de

destino provocada pelo desenvolvimento econômico de suas atividades.

Singer, considera que a industrialização reacomoda tanto espacial quanto setorialmente uma gama de atividades econômicas relevantes. Isto se revela mais, notavelmente, nas transferências de certas atividades do setor agrícola para estabelecimentos especialmente no setor urbano-industrial, aglomerados. Esta aglomeração espacial decorre da necessidade de utilização em maior escala de uma infra-estrutura de serviços básicos, especializados, como energia, transporte, comunicação dentre outros, bem como da existência de atividades econômicas, entre os estabelecimentos industriais.

Portanto, a criação das desigualdades regionais podem ser encaradas como o motor principal das migrações internas que acompanham a industrialização nos moldes capitalistas.

Segundo a corrente teórica em discussão, a ocorrência da migração baseia-se em fatores de atração e de expulsão, sendo este último classificado por fatores de mudança e de estagnação.

Os fatores de mudança, que decorrem da introdução de relações de produção capitalista nestas áreas, a qual acarreta a expropriação de camponeses, a expulsão de agregados, parceiros e outros agricultores não proprietários, tendo por objetivo o aumento da produtividade do trabalho e a conseqüente redução do nível de emprego.

Já os Fatores de Estagnação, que se manifestam sob a forma de uma crescente pressão populacional no sentido rural-

urbano sobre uma disponibilidade de áreas cultiváveis que podem ser limitadas tanto pela insuficiência física de terras aproveitáveis como pela monopolização de grande parte da mesma pelos grandes proprietários, em forma de latifúndios improdutivos.

Segundo Singer, do ponto de vista econômico, os fatores de mudança fazem parte do próprio processo de industrialização, na medida em que este atinge a agricultura, trazendo consigo mudanças técnicas, tendo como consequência um aumento na produtividade do trabalho. Já o fator de estagnação resulta da incapacidade dos produtores em economias de subsistência de elevarem a produtividade da terra.

Assim, os fatores de mudança provocam um fluxo maciço de emigração que tem por consequência reduzir o tamanho absoluto da população rural. Por sua vez, os fatores de estagnação levam à emigração de parte ou da totalidade do acréscimo populacional devido ao crescimento vegetativo da população rural, cujo tamanho absoluto se mantém estagnado ou cresce apenas vagarosamente.

Singer (1976), com o intuito de visualizar as consequências da emigração, faz uma distinção entre áreas de emigração sujeitas a fatores de estagnação. Para ele, as primeiras perdem população mas a produtividade aumenta, o que permite, em princípio, uma melhora nas condições de vida locais, que, dependendo do sistema de forças e políticas, pode acarretar na repartição de renda. Já as segundas apresentam estagnação ou mesmo uma deterioração das condições de vida, funcionando as

vezes como "viveiros de mão-de-obra" para os latifundiários e grandes explorações agrícolas capitalistas.

Na visão desse autor, existe uma interação entre os efeitos de expulsão e de atração, onde os fatores de expulsão definem as áreas de onde se originam os fluxos migratórios, mas são os fatores de atração que determinam a orientação destes fluxos e as áreas às quais se destinam.

Com relação aos fatores de atração, o mais importante é a demanda por força de trabalho, que constitui não apenas como a gerada pelas empresas industriais, mas também a que resulta da expansão dos serviços, tanto dos que são executados por empresas capitalistas como os que são prestados por repartições governamentais, empresas públicas e por indivíduos autônomos. De forma geral, interpreta-se esta demanda por força de trabalho como proporcionando "oportunidade econômica", que constitui um fator de atração na medida em que oferece uma remuneração mais elevada do que a que o migrante poderia perceber na região de origem.

O pressuposto da visão estruturalista é baseado na argumentação de que a migração é um processo social, cuja unidade atraente não é o indivíduo mas o grupo familiar, que segundo Singer (1976), a mecanização da agricultura ocasiona a migração da mão-de-obra rural (ex-assalariados, diaristas, parceiros, peões, etc) que não possui direito de propriedade sobre o solo. Assim sendo, as mudanças estruturais colocam os indivíduos de um grupo social diante da decisão individual de ficar na região por

vezes como "viveiros de mão-de-obra" para os latifundiários e grandes explorações agrícolas capitalistas.

Na visão desse autor, existe uma interação entre os efeitos de expulsão e de atração, onde os fatores de expulsão definem as áreas de onde se originam os fluxos migratórios, mas são os fatores de atração que determinam a orientação destes fluxos e as áreas às quais se destinam.

Com relação aos fatores de atração, o mais importante é a demanda por força de trabalho, que constitui não apenas como a gerada pelas empresas industriais, mas também a que resulta da expansão dos serviços, tanto dos que são executados por empresas capitalistas como os que são prestados por repartições governamentais, empresas públicas e por indivíduos autônomos. De forma geral, interpreta-se esta demanda por força de trabalho como proporcionando "oportunidade econômica", que constitui um fator de atração na medida em que oferece uma remuneração mais elevada do que a que o migrante poderia perceber na região de origem.

O pressuposto da visão estruturalista é baseado na argumentação de que a migração é um processo social, cuja unidade atraente não é o indivíduo mas o grupo familiar, que segundo Singer (1976), a mecanização da agricultura ocasiona a migração da mão-de-obra rural (ex-assalariados, diaristas, parceiros, peões, etc) que não possui direito de propriedade sobre o solo. Assim sendo, as mudanças estruturais colocam os indivíduos de um grupo social diante da decisão individual de ficar na região por

motivos familiares à espera de tempos melhores, ou de migrar em busca de novas oportunidades que proporcionem uma melhor condição de vida. Pode-se dizer daí, que as causas da migração se manifestam no quadro geral das condições sócio-econômicas.

Se a unidade migratória deixa de ser o indivíduo para ser o grupo familiar, deixa de ter sentido também investigar a migração como um movimento de indivíduo, num dado período, entre dois pontos, convencionalmente considerados como de origem e de destino. Logo, a área de origem, não é obviamente o lugar de onde se originou sua movimentação. Assim, Singer (1976 p.46) considera que "a área de origem de um fluxo migratório é aquela onde se deram as transformações sócio-econômicas que levaram um ou vários grupos sociais a migrar". Do mesmo modo, pode-se considerar uma área como sendo de destino, uma região representativa de uma etapa de um determinado fluxo migratório, ou seja, como sendo o "ponto final" de um processo migratório.

No enfoque da modernização, a migração interna é visualizada como um dos processos fundamentais da "modernização social", que constitui o eixo principal para a transformação de sociedade "tradicional" em sociedade "moderna". Assim, a migração rural-urbana foi, um dos mecanismos básicos do processo de transformação de estruturas agrárias em estruturas industriais, ao transferir população do setor primário para os setores secundário e terciário. Essa transferência populacional, constitui o componente principal dos processos de urbanização e

de crescimento das cidades, processos estes que ocorrem simultaneamente de forma organizada.

Nas palavras de Manuel Castells (1985 p.72), "a urbanização na América Latina não é o reflexo de um processo de modernização e sim a expressão, a nível das relações sócio-espaciais, do agravamento das contradições sociais no processo de crescimento econômico, determinados pela sua particular relação de dependência, dentro do sistema capitalista mundial".

A urbanização se dá pelo deslocamento populacional, causado pelos fatores de expulsão e de atração de indivíduos que estavam ocupados em atividades predominantemente primárias, em uma determinada região para outra, em busca de melhores condições de vida (melhores oportunidades). Desse modo, a urbanização é vista no contexto das assincronias internas que geram os fatores de expulsão e de atração.

Segundo Germani (1974 p.189), "a urbanização é um fenômeno complexo, afeta às condições de dependência, admite vários aspectos dentre os quais as migrações constituem as mais importantes, não apenas porque a maior parte do crescimento demográfico urbano é causado por movimentos de população, como também em virtude do fato de que a própria migração, como processo social, é uma expressão de mudanças básicas que estão transformando o mundo, convertendo o planeta de aldeias e desertos em um planeta de cidades e metrópoles".

Para esse autor, a migração é entendida como um processo de mobilização social que assume formas históricas

específicas, no que ele denomina de sociedade de transição recente, que se caracteriza por estruturas duais (setor tradicional e setor moderno) dependentes. Assim sendo, as migrações dirigem-se em maior escala, das áreas rurais tradicionais para o setor urbano industrial moderno, gerando uma situação anômala do processo de urbanização, onde a grande maioria dessas populações urbanas encontram-se em situação marginal, do ponto de vista econômico, político e social.

Verifica-se que a corrente estruturalista enfatiza o problema da industrialização e da urbanização como um segmento histórico-estruturalista na análise do processo migratório. De modo que, a migração é concebida como uma manifestação, ou um processo social, cujas especificidades dizem respeito ao caráter histórico da acumulação do capital existente nas regiões dependentes, oriunda do processo de desenvolvimento do capitalismo mundial.

4 CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA

De início convém apresentar uma breve consideração sobre a capacidade atrativa e/ou repulsiva do Estado do Ceará no que se refere ao fenômeno da migração. Com isso, busca-se compreender a essência do fenômeno migratório na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), e as condições em que vivem os migrantes nessa região.

O anuário Estatístico do Brasil de 1986, que toma cada unidade da Federação como base de cálculo, revela que no período de 1950 até 1980 a taxa de emigração líquida do Estado do Ceará saltou de 9,41% para 17,89%. Por outro lado, no mesmo período, a taxa de imigração líquida do Estado do Ceará reduziu-se de 3,99% para 3,91%.

Essa situação de perdedor líquido de população do Estado do Ceará, caracteriza-se basicamente por dois fatores que abateram sobre o Nordeste, que foram; a estiagem que ocorreu durante três anos (1951-53), e a grande seca que ocorreu no período de 1958.

Ferreira (1984) mostra que a influencia do primeiro fator, não foi tão forte, devido os efeitos do flagelamento não terem se generalizado. A seca de 1958, ao contrário, foi generalizada e extremamente dura rompendo o precário equilíbrio que sustenta a acumulação reprodutiva do semi-árido e, como sempre, trazendo à tona a fragilidade da estrutura sócio-econômica que prevalece, mais particularmente, no segmento de

subsistência. Como consequência houve um crescimento do fluxo migratório.

Um outro fator importante que merece ser destacado é o direcionamento desses fluxos, que segundo Ferreira(1984) a região Norte do país aparece como região de absorção. De tal forma que, durante o período dos anos 50, as migrações internas estavam intimamente associadas a ocupação de terras devolutas, ou mesmo através de compra a preço baixo, dada a sua relativa abundância inexploradas. Portanto, e de certo sentido desordenada, tem-se aí uma movimentação no sentido de colonização e de expansão da fronteira agrícola.

Vale mencionar que os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, atuam como áreas de atração migratória, por estarem relacionadas de forma direta ao seu desempenho dinâmico e por assumir a posição de centro hegemônico da reprodução no País. Assim, Ferreira (1984) mostra que a Taxa de Migração Líquida⁴ (TML) do Estado de São Paulo no período de 1980 é aproximadamente, três vezes maior que na década anterior; enquanto o Rio de Janeiro mantém a sua posição relativa dos períodos anteriores. Isto é, a TML do Estado de São Paulo apresenta uma crescente expansão durante as décadas de 1950, 1960

⁴ - é definida como: $TML = \frac{r.M}{N_n - N_o}$, onde:

M = Me - Mi é o saldo migratório do Estado. Assim, Me é o número de emigrantes do Ceará para o i-ésimo Estado e Mi é a imigração recebida do i-ésimo Estado pelo Ceará. No, Nn: são as populações iniciais e finais, do Ceará, no período de observação (intercensitário); r: é a taxa de crescimento populacional anual, intercensitário, do Ceará.

e 1970 na ordem de: 10,7%, 9,8% e 28,5% respectivamente, com relação ao Estado do Rio de Janeiro a TML nesses períodos correspondem aos valores de 8,2%, 8,3% e 10,5% respectivamente.

Com referência, às migrações internas no Estado do Ceará, baseado nos dados censitários verifica-se que a movimentação de residentes, na década dos anos cinquenta, foi proporcionalmente de 62,4% para outros Estados, e de 37,6% intra-estado; nas duas décadas seguintes verificou-se uma mudança realmente significativa em que os fluxos para fora do Estado, reduziram-se para 44,1% no período de 1960/70 e de 41,1% entre 1970/80. Assim, pode-se visualizar que está ocorrendo uma mudança no movimento populacional no interior do Estado.

Com referência as migrações internas os direcionamentos no Estado do Ceará, Ferreira (1984) mostra que durante os períodos de 1960/70 e 1970/80, tem havido uma mudança significativa no direcionamento dos fluxos, de tal forma que durante o período de vinte (20) anos, isto é, de 1960/80, o volume dos fluxos migratórios entre regiões urbano-urbano, urbano-rural, rural-rural, apresentavam uma queda significativa no valor de 4,4%, 4,4% e 7,2% respectivamente por 10.000 habitantes, e cujo o montante geral dessa queda é da ordem de 16%, o que representa a taxa de crescimento do fluxo migratório entre as regiões rural-urbano.

Feito isso, e uma vez que a dissertação focalizará a análise do processo migratório para a Região Metropolitana de

Fortaleza (RMF), faz-se necessário caracterizar essa região em seus aspectos sócio-econômicos.

A RMF, no conjunto das nove regiões metropolitanas estabelecidas institucionalmente no Brasil, é composta pelos municípios de Aquiraz, Caucaia, Fortaleza, Maranguape e Pacatuba. Em 1970 apresentava 4,4% da população total do estado do Ceará, expressando em 1980 um ligeiro acréscimo nesta participação, passando a 4,7%.

Ferreira (1984), ressalta que a distribuição populacional dentro da RMF, é extremamente assimétrica. O município de Fortaleza detinha em 1980 cerca de 83% do contingente populacional da RMF e, no mesmo ano, de acordo com o censo demográfico, este volume representava 25% da população total do Estado do Ceará. Moura (1980) mostra que o município de Fortaleza tem se constituído, historicamente, no maior receptor de lavas migratória no estado, tanto de origem rural quanto urbana, principalmente as de caráter interno. Isso ocorre em grande parte porque o estado do Ceará não dispõe de cidades de médio porte em número suficiente para refrear o fluxo populacional em direção à RMF, notadamente para o município de Fortaleza.

Ferreira (1984) argumenta que as modificações de natureza urbano-industrial ocorridas no Ceará, a partir de 1950, aceleraram a tendência concentradora da economia e, por conseguinte, o surgimento de poucos polos de atividade econômica

no interior, como Sobral, Iguatu, Juazeiro do Norte e Crato, e o que é pior, desarticulados economicamente.

Isso mostra porque a taxa média anual de crescimento populacional para a RMF, tenha sido de 4,3% durante as décadas de 1970 e 1980.

De acordo com os dados censitários, a densidade demográfica da RMF era de 451,1 hab/Km² em 1980. O município de Fortaleza, por sua vez, apresentava uma alta densidade, estimada em torno de 3.895,59 hab/Km², com o agravante de que tal magnitude era de natureza essencialmente urbana.

No caso do Estado do Ceará, as transferências populacionais maciças em direção a Fortaleza se dão por dois motivos que se complementam para formar o quadro caótico verificado na capital. De um lado, a estrutura produtiva do setor rural no Estado do Ceará; do outro, as secas que vez por outra assolam aquele espaço. Logo, os motivos da migração são, portanto, resultantes somente das condições da área de origem, enfatizando-se as pressões da população, disponibilidade de facilidades de educação, e saúde, a estrutura da propriedade da terra, a estrutura ocupacional da família rural, o nível de renda rural baixa, e as condições climáticas. Além do efeito de atração de Fortaleza exercido sobre a população interiorana manifestado de várias formas.

Do ponto de vista analítico, deve-se classificar, os fatores de repulsão (expulsão) como pertencendo a dois grupos no que diz respeito a sua natureza.

Primeiramente, deve-se relacionar os fatores de natureza conjuntural que têm comportamento mais aleatório, que segundo Ferreira(1984) podem ser definidos aprioristicamente mas não são exatamente previsíveis quanto as suas manifestações, seja com relação à época de ocorrência, períodos de duração, etc. Nesta categoria, podem ser enquadrados modificações ambientais de fenômenos extraordinários como as secas, enchentes, etc.

Para esse autor, os fatores de natureza estrutural estão afetos às características orgânicas do processo produtivo e da organização social da população exposta ao risco de migrar. A sua configuração, assume um caráter bem definido, em cada situação histórica pelas especificidades que assume este modo de produção.

No Estado do Ceará a estrutura agrária influencia o processo migratório tanto conjunturalmente quanto estruturalmente. A influência conjuntural, estabelece, exacerbando os fluxos migratórios, nos períodos de secas, dada a fragilidade econômica da pequena e média propriedade agrícola do semi-árido.

A influência estrutural é mais profunda e diz respeito, por um lado, a estrutura no seio da atividade agrária em geral; por outro, nas formas "perversas" com que se realizam o processo de modernização, ressaltando-se neste sentido, as atividades agroindustriais, diretas e complementares. Assim, é importante fazer uma breve análise das características da atividade agrícola, o que permitirá visualizar melhor esse processo.

De início, destaca-se a concentração fundiária como um problema mais significativo, que segundo Ferreira (1984 p.76), no período de 1970/80, "a relação entre o número de estabelecimentos agrícolas e área total indica uma estrutura de posse da terra concentrada"; onde os pequenos estabelecimentos agrícolas, com no máximo 10 ha, que representam cerca de 52,0% do total detêm apenas 5,0% da área total. Por outro lado, para os estabelecimentos com área acima de 100 ha que não alcançam sequer 9,0% do total, apropriam-se de 66,0% da área global.

Assim, deve-se ressaltar, que essa concentração subsiste um intensivo uso da terra nos pequenos estabelecimentos, enquanto que os latifúndios apresentam-se improdutivos com baixíssima taxa de utilização da terra. Oliveira (1982) observa que 85,0% do pessoal ocupado na zona rural no Ceará, estão alocados nos estabelecimentos de até 100 ha, os quais detêm apenas 34,0% da área total. Este é um elemento crucial na formação da excessiva pressão demográfica sobre a terra, mais especificamente nos pequenos estabelecimentos.

Decorre daí, a gama de fatores que determinam a expulsão da população rural e a formação de cinturões de miséria na RMF. Mata (1973 p.139) afirma que "o êxodo rural é provocado antes pelos, baixos níveis de produtividade, dificuldade de acesso à terra, carência de emprego, do que pela pujança da economia das capitais, onde persistem altos níveis de desemprego".

Um outro fator muito importante como elemento de expulsão no setor rural cearense é a seca. Neste sentido, alguns autores argumentam que a crise cearense tem raízes nas características climáticas da região (predominantemente no semi-árido) o que determina, a reincidência periódica de secas.

A seca é entendida como um fator conjuntural. Segundo Casimiro e Oliveira(1989), a seca levaria simplesmente a uma quebra de produção. Não obstante, quebra de produção não é fenômeno exclusivo das regiões subdesenvolvidas. Logo, a especificidade marcante da seca nordestina é a configuração atroz da mesma. A seca traz à tona o quadro miserável latente no setor rural nordestino e em particular cearense.

Nesse termo, Xavier (1990) afirma que no sertão, a seca desocupa populações inteiras e engendra o suporte para a criação de frentes de serviços e/ou emergências, que visam a reter a população rural, refreando, de forma incipiente o fluxo migratório em direção às capitais. Cabe ressaltar que as ações emergenciais procuram reduzir a migração na época da seca e minorar o sofrimento dos atingidos, sem qualquer vocação para alterar as causas estruturais como: estrutura fundiária e relação de produção no setor rural, que transformam uma mudança climática em um grave problema social.

Antes de encerrar esta seção, cabe algumas considerações sobre o processo de modernização da estrutura agrária, no Estado do Ceará e seus possíveis efeitos sobre as migrações.

Tem-se observado algumas modificações na estrutura agrária do Estado, nas áreas mais férteis como nas regiões litorâneas, serranas e vales úmidos, por estarem ligadas as atividades de expansão agroindustrial.

A atividade agrícola que se desenvolve, assume um caráter de modernização não apenas "conservadora", por manter ou até mesmo acirrar, a concentração da propriedade da terra. Na realidade o que se verifica é uma modernização "perversa" na medida em que ao mesmo tempo conserva a propriedade da terra em níveis altamente concentrados, expulsa força de trabalho pela introdução tecnológica, e substitui a produção de alimentos de subsistência por culturas permanentes ou semi-permanentes, tais como: caju, cana-de-açúcar, etc, que contribuem ainda mais para gerar desemprego.

Os efeitos sociais deste processo de expansão capitalista no meio rural, são devastadores não apenas no que diz respeito à exacerbação do desemprego e a conseqüente consubstanciação dos fluxos migratórios aos já provindos da velha estrutura. Assim, Ferreira (1984) argumenta que, em geral, os efeitos finais têm se mostrado pouco animadores, pois o balanço vem sendo desfavorável à formação, ou manutenção de postos de trabalho. Daí, a migração tem ocorrido com destinação às áreas já saturadas do ponto de vista do mercado de trabalho, culminando em pressões sobre os níveis salariais nos setores de entrada, da estrutura formal e do mercado informal.

Nesta mesma argumentação, Casimiro (1984) apresenta alguns elementos que conjugados contribuem para esclarecer o processo de expulsão populacional no setor rural cearense, que são:

- a) A estrutura agrária centrada no complexo latifúndio-minifúndio;
- b) Os fatores de modernização, tais como: a substituição de cultura de subsistência por culturas exportáveis e pecuarização extensiva;
- c) Os baixos níveis de saúde e educação, principalmente fazem com que o trabalhador rural não aproveite de modo intensivo sua pequena propriedade;
- d) Restrição do crédito aos pequenos produtores.

Em resumo, pode-se reafirmar que são as condições gerais de reprodução no meio rural, e nos setores urbanos subordinados às atividades agrárias, que geram os motivos e determinam o volume dos fluxos migratórios de forma relevante, como um fenômeno social.

Feitas essas considerações, pode-se dizer que a urbanização da RMF é determinada prioritariamente por fatores de expulsão, os quais atuam de modo a promover movimentos migratórios no sentido campo-cidade (rural-urbano). Para Oliveira (1982) o mais relevante para explicação do caráter da urbanização é o fato da cidade ser a sede do capital comercial.

Casimiro (1986) mostra que, como a industrialização, a urbanização apresenta outra forma, onde a cidade deixa de ser apenas caracterizada como sede do capital comercial, sede dos aparelhos do Estado, para ser também sede da industrialização.

Assim, a industrialização difere da urbanização, pois a acumulação que se faz na cidade, propicia um novo impulso dos movimentos rural-urbano bem como, se encarrega de redefinir a

ação (papel) do Estado, que por sua vez ampliará seus serviços, resultando daí a preferência pela cidade (setor urbano).

Nos últimos trinta anos registrou-se um acentuado crescimento da urbanização no Estado do Ceará, que segundo Ferreira(1984) em 1960, 33,0% da população era urbana, em 1970, tal cifra cresce para 41,0%, e em 1980 atinge 53,1%. A RMF por sua vez, enfrentou nos últimos anos um intenso processo de urbanização disseminado por todos os seus municípios. O município de Aquiraz saltou de uma taxa de urbanização de 11,0% de sua população, em 1970, para 83,6% em 1980. Em 1970 a taxa média de urbanização para a RMF era de 84,4%, passando para 95,0% em 1980.

Esse processo de urbanização acelerado ocorrido na RMF, ocasiona uma modificação vertiginosa na estrutura distributiva da População Economicamente Ativa (PEA) nos setores primário, secundário e terciário (serviço) dessa região, bem como do processo de geração de renda nesses setores.

Casimiro (1983) enfatiza que, em 1950, a PEA estava fortemente concentrada no Setor Primário (74,13%), em segundo lugar, no Setor Serviços (18,78%) e em terceiro lugar, no Setor Secundário (7,09%). Esta ordem ao longo dos próximos trinta anos é mantida. No entanto, a primazia absoluta que o Setor Primário tinha na ocupação da PEA, é dividida com o Terciário, os quais passaram a ocupar, respectivamente, 43,00% e 35,45% da PEA, em 1980. O secundário, por sua vez, absorvia na mesma época, 18,70% da PEA.

No que diz respeito à geração de renda, Oliveira (1982) mostra que, desde 1950, o Setor Terciário era responsável por 47,9% e o Secundário por 8,3%. Com o passar do tempo, a primazia do Terciário se fortalece rapidamente, associando-se a uma perda constante do Setor Primário. A participação do Secundário que era muito reduzida vem vagarosamente crescendo. Em 1970, o Terciário era responsável por 69,0% da renda, o Secundário por 15,2% e o Primário por 15,8%.

Assim, Fortaleza e sua área metropolitana tem se revelado como desaguadouro natural de migrantes. Em 1970, a RMF detinha 20% da população do Estado e, em 1980, aproximadamente 30% dessa população. Destaque-se que do total do fluxo interno do Estado, na década de setenta, 52,8% dirigia-se para a RMF, sendo que a participação da migração no incremento da população urbana, na década, foi de 63,95%, provocando sérias implicações sobre o mercado de trabalho.

As formas de ocupação da força de trabalho disponível desses contingentes são reduzidas, instáveis e num processo contínuo de estreitamento. Destacam-se, as formas de organização da produção informal e o subemprego.

Com base na pesquisa realizada em 1979 pelo Curso de Mestrado em Economia (CAEN) da Universidade Federal Ceará (UFC), Casimiro e Oliveira (1984) mostram a configuração da mão-de-obra acupada segundo os segmentos "organizado" e "não-organizado". Os indivíduos foram agrupados em tais segmentos, da seguinte forma:

- a) Segmento Organizado
 - _ Empregador proprietário dos meios de produção;

- _ Empregado com registro na firma onde trabalhava;
- _ Profissionais liberais, que correspondem à posição na ocupação autônomo regular, porém com curso superior completo e que contribuam para algum tipo de previdência social.

b) Segmento Não-Organizado

- _ Empregado sem registro na firma onde trabalha;
- _ Trabalhador por conta própria;
- _ Trabalhador em ocupação secundária;
- _ Auxiliares de membro da família.

A partir dessa classificação, Casimiro e Oliveira (1984) constataram uma participação predominante de organizações informais na absorção da força de trabalho na RMF, exceto para os setores "Transportes e Comunicação" e "Prestação de Serviços".

A baixa expressividade do emprego informal no setor de "Transporte e Comunicação" revela a extinção de espaços para o desenvolvimento de atividades que seriam próprias deste segmento. Conforme o próprio registro de ocupação adotado por Casimiro e Oliveira (1984), as atividades típicas de transportes de cargas (fretes) e/ou pessoas (lotação) é que poderiam vir a se constituírem em atividades absorvedoras de força de trabalho numa organização caracterizada como informal. Isso ocorre devido a existência de um acesso a esses setores bastante impeditivos.

O setor de "Prestação de Serviço", embora tendo pouco mais de um terço do pessoal ocupado em organizações informais mesmo assim estaria indicando uma baixa participação. No entanto, trata-se de um setor de atividade bastante heterogêneo na sua composição tais como: ocupações domésticas, e de higiene pessoal até serviços de educação, saúde, diversões, jurídicas e afins,

passando por funções de escritórios e serviços gerais, apresentando assim diversos níveis de produtividades.

No caso da RMF, algumas especificidades seculares que fazem parte da própria definição do estado da federação a que pertence dão a certeza de que o referido segmento vem tendo sua dimensão ocupacional ampliada sem que a dimensão de renda a ela associada tenha seguido uma mesma trajetória, provocada por dois fatores que são:

- a) Rigidez da estrutura fundiária, que reduz sistematicamente alguns vínculos ainda remanescentes do produtor à terra;
- b) Processo de industrialização do Estado do Ceará, cujo caráter concentrado e centralizado, vinculado a nova divisão interregional do trabalho determinada pelo movimento da acumulação de capital liderado pelo Sudeste e sancionado no Nordeste com a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), é excludente quanto a efeitos dinamizadores¹⁰.

Com relação a distribuição da força de trabalho, por faixa de idade e segundo os segmentos "organizado" e "informal". Oliveira(1984) ressalta o acionamento de indivíduo na faixa de 10 a 14 anos, exercendo alguma ocupação no segmento informal, sendo distribuídos igualmente entre os sexos masculino e feminino. Agregando a esta primeira faixa de idade os indivíduos constantes na faixa de 15 a 19 anos, 68,5% deles encontram-se exercendo alguma atividade do setor informal.

Do total do pessoal ocupado no segmento informal do mercado de trabalho da RMF, Casimiro (1986) revela que 84,0%

¹⁰ - Para maiores detalhes dessas especificações ver Teixeira (1982).

estão distribuídos entre os setores Serviços (39,1%), Indústria (23,0%) e Comércio (21,9%). Tomando-se a faixa de idade dos 10 aos 19 anos, o referido percentual cresce para 93,7%, distribuído entre Serviços (59,7%), Comércio (17,1%) e Indústria (16,9%).

A construção civil, apesar de ser menos expressiva (8,4%), no contexto do segmento informal, apresenta-se como um setor que possibilita algum desenvolvimento de relações informais de produção, pois no contexto do segmento "organizado" participa apenas com 5,0% do emprego total gerado.

Um outro dado importante, segundo Casimiro e Oliveira (1984), que ressalta a distribuição do pessoal ocupado na RMF, refere-se à sua composição por sexo segundo os vários setores de atividades. Para o segmento informal o sexo feminino predomina na atividade industrial (69,2%) e na prestação de serviços (63,9%), sendo para o primeiro setor uma predominância que abrange a quase todas as faixas de idade, enquanto para o segundo, a predominância não ocorre, apenas para os indivíduos acima dos 60 anos. Tomando-se estes mesmos setores no contexto do segmento "organizado" a situação se inverte; do total de ocupados no setor Indústria (38,5%) é do sexo feminino, sendo para os Serviços (41,6%). No geral a participação da mão-de-obra feminina, no setor informal, representa 48,3%, sendo para o segmento "organizado" de 34,8%.

Casimiro e Oliveira (1984) concluem que os espaços "descobertos" para o desenvolvimento do setor informal, para os quais deve-se esperar um acionamento extensivo da força de

trabalho, estão direcionados ao setor de prestação de serviços, as atividades rudimentares de transformação e ao pequeno comércio. As atividades rudimentares de transformação e de prestação de serviços são exercidas predominantemente por mulheres. Como um agravante, nestes setores é encontrada a presença de jovens na faixa dos 10 aos 19 anos, com ligeira predominância da mão-de-obra feminina.

Assim, observa-se uma ampliação do chamado Setor Informal. Segundo Casimiro (1986) a causa desta ampliação é atribuída a duplicação do número de chefes de família com ocupação secundária (Em 1979, 18 chefes tinham ocupação secundária, enquanto em 1983, 37 passaram a ter uma segunda ocupação); Há também uma ampliação do número de Autônomos que de 87 passa para 96, no período de 1979/83; Já a participação dos chefes empregados sem carteira assinada cai de 30 para 15, no período, o que é coerente com a redução observada no número total de empregados.

Um aspecto de grande importância para o efeito comparativo dessa dissertação e que está incluído nessa caracterização é o nível educacional formal, apenas para permitir uma indicação da qualificação formal dos que estão em idade de trabalhar.

Da população em idade de trabalhar, Casimiro observou, em 1979, que 77% era analfabeta, 19% tinha o 1º grau incompleto e 35,3% ginásio incompleto, configurando um quadro de precariedade escolar que atinge 62% dos acima de 10 anos. Desagregando por

sexo, as mulheres aparece com menor grau de escolaridade que os homens. Neste grupo estão 63,4% das mulheres, entre os homens com 60,1%. Em 1983, esse quadro é o seguinte: 89% analfabeto, 14,5% com 1º grau incompleto e 33,6% com ginásio incompleto. O grupo que apresenta educação precária cai, portanto, em 1983 para 57,0%. Isso significa que dado o mesmo grupo de família, houve uma ascensão para faixas de maiores níveis de escolaridade. Por outro lado, o aumento de analfabetos, significa a entrada nas faixas etárias mais jovens de pessoas sem qualquer instrução.

Assim, a RMF apresenta-se como um ponto de confrontação riqueza/pobreza, decorrente da característica imposta pela forma que assumiu o desenvolvimento do Ceará. No plano urbano, a característica principal da RMF é a de receptor do fluxo intra-estadual de migrantes, como já salientado.

De acordo com o censo econômico de 1975 da FIBGE, Fortaleza detinha 69,4% ,nos diversos setores da RMF. Ademais, 88,8% do emprego industrial da RMF encontra-se neste município, e esta proporção representa no Estado do Ceará 58% do total. Ferreira (1983) mostra que muito embora Fortaleza conte com uma estrutura industrial muito diversificada em relação aos demais municípios, a produtividade média agregada da mão-de-obra se equipara a de outros municípios da RMF, como Caucaia e Maranguape. Isso se dá pela preponderância da indústria tradicional, dentre as quais alimentar, vestuário e calçados, que absorvem em torno de 56% do emprego industrial. Segundo Xavier

☛ - Para maiores detalhes ver Xavier (1991).

(1991), essa incipiente estrutura produtiva - detidora de baixo poder germinativo - é incapaz de absorver a oferta de mão-de-obra na RMF.

Desta forma, origina-se a proliferação de atividades terciária (pequenos comércio e prestação de serviços), sintetizando, assim o surgimento de aglomerados de baixa renda no setor urbano.

O crescimento populacional desenfreado na RMF, frente à escassez de oportunidades de trabalho condigno, contribui bastante para determinar os baixos padrões de vida e elevados níveis de concentração de renda. Assim, as péssimas condições de emprego aliada aos fatores de expulsão que ocorrem no setor rural cearense devem contribuir fortemente no processo de concentração de renda.

Ferreira (1983) mostra que em 1979, do total da PEA da RMF, 50% da população detinham 16% da renda, enquanto que os 10% mais ricos detinham 45% de toda a renda. Ele constatou ainda que existe em Fortaleza uma correlação muito forte entre pobreza e desigualdade social, pois em 1976, para qualquer que seja o município da RMF, 70% das famílias não conseguem atingir uma renda mínima necessária às suas sobrevivências. No que diz respeito à distribuição de renda 10% das famílias mais ricas detinha 41,4% enquanto que a metade mais pobre das famílias detinham apenas 14,7% da renda global.

A pesquisa realizada por Casimiro (1986) revela que em 1985 os 50% mais pobres detinham 14% da renda, enquanto que os

10% mais ricos detinham 47% de toda a renda. Logo, pode-se dizer que essa má distribuição de renda se amplia ao longo do tempo, aumentando os desequilíbrios sócio-econômicos, comprometendo, cada vez mais, as condições de trabalho e de vida na RMF.

5 DADOS E METODOLOGIA

5.1 Fontes de Dados

Os dados que serão usados para a verificação empírica advirão de fontes distintas. Primeiramente, a fonte de dados primários que dará suporte à essa dissertação é oriunda da pesquisa "Desemprego e Subemprego no Município de Fortaleza", realizada trimestralmente pelo Sistema Nacional de Emprego-SINE/CE, no período de março de 1986 e dezembro de 1990 e pela pesquisa realizada pelo Curso de Mestrado em Economia - CAEN/UFC, em 1987 que utilizava um questionário referente ao processo migratório. Assim, para uma melhor compreensão acerca destes dados, relatamos alguns aspectos metodológicos usados em sua coleta.

A pesquisa do CAEN tomou 1624 famílias sobre o total de migrantes existentes na cidade de Fortaleza em 1987. Já a pesquisa SINE/CE realizada em março de 1986 tomou 6362 indivíduos na categoria de não-migrantes(naturais) e 3776 indivíduos migrantes. A pesquisa de dezembro de 1990 deste mesmo órgão, tomou 7670 indivíduos radicados como não-migrantes e 3763 como migrantes.

A coleta dos dados foi realizada através de questionários aplicados diretamente nos domicílios, que eram selecionados de forma aleatória. E uma vez identificado o domicílio, um quadro de características de todos os seus

moradores era preenchido com a ajuda de um dos chefes da família.

As pesquisas⁷ tinham como objetivo central coletar informações de cada unidade familiar no que diz respeito aos seguintes itens:

- I - Características individuais dos residentes;
- II- Procedência;
- III-Rendimentos;
- IV -Situação ocupacional no mercado de trabalho;
- V - Motivo de saída do lugar de origem.

Feita essa apresentação das estruturas das pesquisas, cabem algumas considerações:

- 1) Com referência aos dados do item I (Características individuais dos residentes), procura-se traçar o perfil dos indivíduos pesquisados no que diz respeito as variáveis básicas dessa dissertação, que são:
 - 1.1) Sexo;
 - 1.2) Idade;
 - 1.3) Estado civil;
 - 1.4) Grau de instrução.
- 2) Com referência ao item II (Procedência), procurou mostrar a região de origem dos indivíduos, subdivididos na seguinte categoria:
 - 2.1) Setor rural;
 - 2.2) Setor urbano.
- 3) No que se refere ao item III (Rendimentos), serão os mesmos utilizados no período, no que se refere ao valor do salário mínimo⁸ vigente na realização da pesquisa.

⁷ - Os questionários das pesquisas usadas como fontes primárias encontram-se no anexo 01 dessa dissertação.

⁸ - Em março de 1986, o salário mínimo correspondia ao valor Cr\$ 804,00.
Em dezembro de 1990, o salário mínimo estava correspondendo ao valor Cr\$ 8.836,82.

- 4) Os dados referentes ao item IV (Situação ocupacional no mercado de trabalho), mostram de que forma os indivíduos migrantes e não-migrantes estão sendo absorvidos no mercado de Trabalho na RMF, dentro da seguinte categoria:
- 4.1) Setor formal (organizado);
 - 4.2) Setor informal (não-organizado).
- 5) Os dados do item V (Motivos de saída), aplica-se somente aos indivíduos enquadrados na categoria de migrantes, e servirá de suporte para compreender as razões que levam os indivíduos a migrar para outras regiões que não a de seu nascimento, por fatores conjunturais e/ou estruturais.

Com referência aos dados secundários que serão utilizados nessa dissertação, são os seguintes:

- a) Censos Demográficos de 1970 e 1980;
- b) Censos Econômicos de 1970 e 1980;
- c) Censos Agropecuário de 1970 e 1980;
- d) Conjuntura Econômica.

5.2 Metodologia

A metodologia utilizada no presente estudo para uma melhor apreensão das condições sócio-econômicas do contingente migrante na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), parte da própria definição de migrante. Ferreira (1986) define migrante como um indivíduo que reside num município que não o de seu nascimento, levando em consideração duas variáveis importantes que são: o tempo e o espaço. O princípio básico dessa definição induz a comparação entre migrantes e não-migrantes na RMF.

Assim, pode-se especificar os contingentes migrantes e não-migrantes como sendo:

- a) Migrantes: Não-naturais do Município com tempo de residência igual ou inferior a 3 anos (contado a partir do último censo);
- b) Não-Migrantes: - Naturais do Município de residência por ocasião do último censo;
- Não-naturais do Município, com tempo de residência superior a 3 anos a partir do último censo.

Desta forma, torna-se importante compreender o que vem a ser processo migratório e quais as correntes teóricas explicativas existentes.

Os fatores que influenciam o processo migratório são bastante variados, tendo com base algumas variáveis tais como: idade, sexo, grau de instrução, rendimentos, fecundidade, taxa de natalidade, distância, tempo de residência, unidade pluviométrica, etc. Em razão dessas variáveis, estabeleceu-se que na presente dissertação, a análise e a interpretação do processo

migratório na RMF serão feitas através das informações advindas das fontes primárias dos dados referentes as seguintes variáveis:

- a) Idade;
- b) Sexo;
- c) Grau de instrução;
- d) Rendimento;
- e) Ocupação da força de trabalho;
- f) Causas da migração.

A escolha dessas variáveis para a referida análise, se dá pelo fenômeno da seletividade do processo migratório; o que ajuda favoravelmente para a abordagem comparativa das condições de vida existente entre o pessoal migrante e não-migrante.

Moura (1975), estabelece que a migração constitui um processo seletivo e diferenciado, no sentido de que as pessoas que se deslocam de áreas menos desenvolvidas - por exemplo, do setor rural para o setor urbano - apresentam características demográficas, econômicas e educacionais seletivamente positivas em relação às áreas de origem e negativamente diferenciadas em relação às de destino.

A prevalência de forte seletividade e de diferenciais nas migrações internas (campo - cidade) podem ser admitidas em razão de uma série de influências associadas a própria heterogenidade das condições econômicas e sociais das áreas de recepção e de origem dos migrantes, inclusive entre quadros domiciliares de cada uma dessas áreas. Ademais, trata-se da observação de um fenômeno a nível de uma economia "aberta" e como tal, sujeita à influência e interferência de fatores atuantes e de situações e condicionamentos prevalecentes no resto

mais desenvolvido do país. Assim, analisar-se-á as variáveis em questão, pelos seguintes aspectos:

1) As variáveis, causas da migração, subdividem-se entre os fatores conjunturais e/ou estruturais, de onde procurar-se-á mostrar quais os fatores que predominam na decisão de migrar.

2) As variáveis, idade e sexo, serão agregadas por faixa de intervalo, no sentido de identificar a faixa etária e o sexo que predominam no movimento migratório.

3) A variável grau de instrução é muito importante pois irá revelar o nível cultural dos migrantes na RMF, bem como, determinar o rendimento e a ocupação da força de trabalho no setor urbano.

Nesse sentido, o presente estudo irá situar-se no âmbito mais restrito das preocupações, buscando assim uma melhor compreensão das migrações internas na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), no que se refere a existência ou não de diferenças entre migrantes e não-migrantes nessa região.

6 RESULTADOS EMPÍRICOS

À luz dos fatores que contribuem para uma melhor compreensão do processo migratório na RMF, inicia-se a apresentação dos resultados empíricos oriundos dos dados primários das pesquisas realizadas em março de 1986 e Dezembro de 1990 pelo SINE/Ce e outra realizada em 1986 pelo CAEN.

A análise básica da presente dissertação fundamenta-se na própria definição de migrantes, que consiste na mudança do lugar de residência, isto é, o fato de o indivíduo passar a morar em um lugar novo, ou em um lugar diferente do seu nascimento de modo temporário ou permanente.

Pode-se dizer que o movimento espacial da população é um fenômeno que apresenta varias fases, não só a magnitude dos deslocamentos pode atingir de uns poucos metros até muitos quilômetros, como a estada em um lugar de destino pode durar horas ou até muitos anos. Uma vez que este trabalho tratará da migração interna no Ceará tendo em especial atenção, como ponto de destino a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), um delineamento do comportamento dos migrantes é mostrado na tabela 01, objetivando levantar a problemática de questões no Estado do Ceará.

TABELA 01 - Participação Relativa dos Indivíduos que Migraram Há Menos de 3 anos. Por Regiões de Origem e Destino 1970/1980.

ORIGEM	REGIÕES DO PAÍS												TOTAL	
	CEARÁ				NORDESTE (a)				RESTO DO PAÍS (b)					
	A		B		A		B		A		B			
DESTINO	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980
CEARA	-	-	80	85	-	-	17	10	-	-	3	5	100	100
NE CEARENSE	18	17	93	92	5	8	5	5	8	8	2	3	100	100
R.M.F.	50	53	85	85	31	46	11	9	62	66	4	6	100	100
CL CEARENSE	16	14	81	90	15	11	17	8	10	6	2	2	100	100
SUL CEARENSE	16	16	59	74	49	35	38	20	20	20	3	6	100	100
TOTAL	100	100	-	-	100	100	-	-	100	100	-	-	-	-

FONTE: Censo Demográfico de 1970/1980 - FIBGE.

NOTA 01: a) Excluindo o Estado do Ceará;

b) Todos os Estados Brasileiros excluindo os Estados da Região Nordeste.

NOTA 02: Os índices (A) devem serem analisados de forma vertical;

Os índices (B) devem serem analisados de forma horizontal.

A Tabela 01 mostra a participação relativa do movimento migratório no estado do Ceará no decorrer de 1970 e 1980, enfatizando a sua composição com relação a todos os estados brasileiros nesses períodos.

Desta tabela, pode-se dizer que o fluxo migratório do estado do Ceará é constituído basicamente pelas migrações internas do próprio estado, seguida pelos emigrantes nordestinos e de outros estados brasileiros respectivamente. Percebe-se que

esse processo evoluiu consideravelmente no decorrer dos anos de tal forma que em 1970 o fluxo migratório interno representava 80% passando para 85% em 1980, a participação dos emigrantes nordestinos em 1970 era de 17% caindo para 10% em 1980. Com relação aos emigrantes dos outros estados brasileiros, houve um acréscimo na ordem de 2%, ou seja, em 1970 a participação desses emigrantes era de 3% crescendo para 5% em 1980.

Com relação as mesorregiões cearenses, a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) se sobressai como a principal área receptora do movimento migratório do Estado do Ceará, tendo absorvido quase todo o contingente migrante, seguido da região nordeste cearense e pela região centro-leste cearenses, isto é, a RMF absorveu 53% de cearenses, 46% dos emigrantes nordestinos e 66% dos emigrantes de outros estados brasileiros no período de 1980. A região nordeste cearense neste mesmo ano absorveu 17% de cearenses, 8% de nordestinos e 8% de emigrantes de outros estados; neste período a região centro-leste cearense absorveu 14% de cearenses, 11% de nordestinos e 6% de emigrantes de outros estados. Esta supremacia da RMF como região absorvedora de migrantes deve estar fortemente associada à maior expressividade econômica da região no Estado do Ceará, que vem constituindo a área mais importante de atração migratória do estado como um todo.

Moura (1975) afirma que a totalidade dos migrantes residentes no Recife, Salvador e Fortaleza procedem da Região Nordeste e, em particular, do próprio estado, no qual se situa

cada um desses municípios de residência. Assim, 96% dos que se deslocaram para Fortaleza durante o período 1960/70 procedeu da região nordeste e 84% do total a parcela dos que se originaram dos demais municípios do próprio estado do Ceará. No caso de Salvador, ditas proporções atingiram a 93% e a 81% e no Recife a 91% e a 62%.

Dai, cabe observar quais os fatores determinantes que levam os indivíduos a migrarem, tendo em vista que o presente trabalho preocupa-se com a análise do processo migratório interno no sentido campo-cidade (rural-urbano) no Estado do Ceará, que é mostrado na Tabela 02.

Motivo	Porcentagem
Outro Motivo (C)	40,8
... (D)	100,0

Fonte: INIBR - 1974

Observações: (A) - Outros Motivos: Para atender a necessidades da família, devido a inundação, falta de trabalho, doença, etc. (B) - Outros Motivos: devido a necessidade dos pais de trabalhar fora de casa.

TABELA 02 - Motivo de Saída dos Migrantes Cearenses para a RMF, nos períodos de 1981 e 1990.

MOTIVOS DA SAÍDA DO LUGAR ORIGEM	PERÍODO 1 9 8 1		PERÍODO 1 9 9 0	
	No CASOS	PART. %	No DE CASO	PART. %
Falta de Emprego	414	28,93	396	12,05
Por Melhor Salário	128	8,94	482	14,67
Insatisfação c/ as Relações de Trabalho no Campo	50	3,49	13	0,40
Falta de Escola	51	3,56	134	4,08
Transferência do Emprego	47	3,28	22	0,67
Devido a seca	42	2,94	10	0,31
Outro Qualquer	699	48,85	2.228	67,82
TOTAL	1.431	100,00	3.285	100,00

FONTES: Xavier (1991) e SINE/CE - 1990.

NOTA: Na categoria Outro Motivo Qualquer, foram agragados os seguintes itens: Para acompanhar os pais e/ou família, devido a inundação, falta de assistência médica, problemas familiares, etc.. Isto foi necessário devido a diferenciação dos itens dos questionários das duas pesquisas.

Desta tabela, observa-se que no período de agosto de 1981 os itens "Falta de Emprego", "Por melhores Salários" e "Falta de Escola", apresentam-se em posição de destaque com 28,93% , 8,94% e 3,56% respectivamente. No período de Dezembro de 1990, os itens que se destacaram foram os mesmos, na seguinte ordem; "Por Melhores Salários" com 14,67%, "Falta de Emprego" com 12,05% e "Falta de Escola" com 4,08%.

Não há dúvida que todos os motivos que levam à decisão de migrar são de certa forma complementares podendo ser resumidos em um único item, "Melhorar as Condições de Vida", onde o indivíduo estará considerando o motivo global; não seria uma suposição racional cogitar a possibilidade de que a região não oferece mais condições de permanência e a necessidade de melhores condições de vida (em outro lugar), isto é, o fato de uma região não mais estar oferecendo a mínima condição de sobrevivência digna, coloca seus habitantes diante da necessidade de procurar outro lugar mais propício. Desta forma, pode-se dizer, que a decisão de migrar seria mais do que uma visão imediatista em vista das condições vigentes no momento nas regiões.

Um outro aspecto a considerar, no que diz respeito aos fatores determinantes do processo migratório, está relacionado à questão da seletividade migratória⁹. Essa seletividade, segundo a ONU (1972), possibilita analisar os migrantes baseado em algumas características tais como: sexo, idade, estado civil, grau de instrução, profissão, setor de atividade econômica, ou seja, segundo todas as características pessoais e familiares dos migrantes potenciais.

Essas características diferenciam os migrantes potenciais dos migrantes reais nos lugares de origem, e os indivíduos migrantes e não-migrantes nas áreas de destino. Como já dito, procurar-se-á enfatizar as características: idade, sexo

⁹ - A seletividade migratória apresenta um conceito dúbio no seu significado; pode ser entendido levando em consideração o lugar de origem e o de destino.

e grau de instrução como as únicas variáveis determinantes da seletividade migratória na RMF.

6.1 Idade

Cabe inicialmente, situar a importância dessa variável naquilo em que ela afeta o próprio critério de julgamento de um indivíduo com respeito à permanência ou saída de um determinado local (área).

Atitudes e aspirações perante a vida e a sociedade, experiências adquiridas e a adquirir, maior ou menor capacidade de aceitação de riscos, são, nesse sentido, aspectos implícitos na decisão e na possibilidade de migrar, e que se acham intimamente associados à idade.

Moura (1975) afirma que, o sucesso pretendido pelos indivíduos no local de destino exige não apenas adaptação, mas progressiva assimilação dos novos padrões dessas áreas, o que significa substituição e/ou adição de elementos à sua herança cultural formada desde a origem. Assim, pode-se dizer, que essas mudanças devem ser mais fáceis em pessoas relativamente jovens, cujas experiências na nova área de residência passam a se constituir em partes integrantes de sua própria formação profissional e/ou cultural.

A despeito das maiores resistências às mudanças que possam apresentar os indivíduos adultos, Moura (1975) afirma que não é possível, entretanto, relegar os aspectos positivos que trazem consigo para as áreas receptoras, representados, entre

outras, por maior capacidade produtiva em termos de potencial físico, experiência e/ou "background" técnico-econômico. Na realidade, indivíduos mais jovens têm menos condições de participar plenamente dos mercados de trabalho, tendendo a se dedicar a atividades e/ou ocupações menos exigentes em termos de experiência, esforço físico e/ou horas de trabalho, participando no processo econômico muito mais sob o ângulo do consumo do que da produção. Assim, diferenças na produtividade média entre migrantes e não-migrantes poderão estar sendo bastante afetadas por distintas composições etárias desses contingentes.

Importa também referir os impactos demográficos que o próprio volume e estrutura etária das correntes migratórias ocasionam nas áreas receptoras e emissoras. O ritmo de crescimento, assim como o rejuvenescimento ou envelhecimento mais imediatos ocorridos via migrações internas na estrutura demográfica dessas áreas, podem se propagar a prazos mais longos através de mudanças nas próprias variáveis estratégicas determinantes do crescimento (nupcialidade, fecundidade, mortalidade, etc...); Esta é outra forma de evidenciar a relevância da variável idade no ajustamento, tanto das implicações mais imediatas, como das repercussões e requerimentos que, a prazo mais longo, as migrações podem exercer sobre a estrutura social econômica e educacional dessas áreas.

TABELA 03 - Distribuição dos Residentes na RMF, por Faixa Etária em 1986 e 1990.

FAIXA ETARIA	CATEGORIA	1 9 8 6					
		MIGRANTE			NAO MIGRANTE		
		No de Individos	Partic. Relat. Simples (%)	Partic. Relat. Acumul. (%)	No de Individos	Partic. Relat. Simples (%)	Partic. Relat. Acumul. (%)
10 - 14		275	7,28	7,28	986	19,09	19,09
15 - 19		455	12,05	19,33	948	18,35	37,44
20 - 29		961	25,45	44,78	1.455	28,17	65,61
30 - 39		705	18,67	63,45	734	14,21	79,83
40 - 49		565	14,96	78,42	449	8,69	88,52
50 - 59		374	9,90	88,32	290	5,61	94,13
60 - 65		186	4,93	93,25	142	2,75	96,88
> 65		255	6,75	100,00	161	3,12	100,00
TOTAL		3.776	100,00	-	5.165	100,00	-

FONTE: SINE/CE.

TABELA 03 - Distribuição dos Residentes na RMF, em Percentagem, por Faixa Etária em 1986 e 1990.

Par (Continuação)

FAIXA ETARIA	CATEGORIA	1 9 9 0					
		MIGRANTE			NAO MIGRANTE		
		No de Individos	Partic. Relat. Simples (%)	Partic. Relat. Acumul. (%)	No de Individos	Partic. Relat. Simples (%)	Partic. Relat. Acumul. (%)
10 - 14		188	5,22	5,22	963	18,68	18,68
15 - 19		387	10,74	15,96	793	15,38	34,06
20 - 29		938	26,03	41,99	1.464	28,39	62,45
30 - 39		682	18,93	60,92	730	14,16	76,61
40 - 49		485	13,46	74,38	489	9,48	86,09
50 - 59		410	11,38	85,76	321	6,23	92,32
60 - 65		205	5,69	91,45	171	3,32	95,64
> 65		308	8,55	100,00	225	4,36	100,00
TOTAL		3.603	100,00	-	5.156	100,00	-

FONTE: SINE/CE.

A Tabela 3 compara a estrutura etária dos residentes na RMF, nos períodos de 1986 e 1990, mostrando assim, a existência de uma seletividade por idade do fluxo migratório.

Desta tabela, observa-se que o total do contingente migrante na RMF é extremamente jovem. Detalhando por faixas etárias específicas, verifica-se que o maior número de migrantes se concentra nas idades de 15 a 19 anos, e de 20 a 29 anos a participação de indivíduos incluídos em cada um desses grupos

etários no período de 1986 foi de 19,33% e 44,78%. Já no período de 1990 houve uma redução significativa dessa participação passando para 15,96% e 41,99% respectivamente. Para a faixa acima de 30 anos, observa-se uma tendência de queda na participação do contingente migrante de 1986 para 1990. Esses resultados coincidem, com os encontrados por Moura (1975) no estudo das migrações nas cidades de Recife, Salvador e Fortaleza. Segundo esse autor, as migrações para os municípios das principais cidades devem estar contribuindo para rejuvenescer substancialmente a população dos municípios de recepção.

Casimiro (1986), analisando a crise no mercado de trabalho na RMF, mostra que em 1979, 34,4% dos residentes tinham idades até 14 anos, 25,6% entre 15 e 24 anos, 28,1% entre 25 e 49 anos e 12% acima dos 50 anos. Em 1983 esses números foram 29,8%, 28,2%, 26,4% e 15,6% respectivamente, o que confirma as evidências de uma população basicamente constituída por jovens nesta área.

Com relação aos não-migrantes, constata-se uma pequena participação, de forma que, em 1986 eles representavam 37,44% e em 1990 passaram para 34,06% na faixa até 15 a 19 anos. Na faixa até 20 a 29 anos eles representavam 65,61%, em 1986 reduziu-se para 62,45% em 1990.

Fazendo uma análise global por períodos em todas as faixas etárias observa-se a predominância dos indivíduos classificados na categoria de não-migrantes. Isso não deve ser isolado do próprio fato migratório, visto que os filhos de

migrantes nascidos após a mudanças de residência dos pais, passaram obviamente, a ser computados como não-migrantes. Isto pode estar refletindo o próprio rejuvenescimento da população dos locais de destino.

6.2 Sexo

Cabe destacar, inicialmente, os papéis bastante distintos que assumem homens e mulheres na estrutura sócio-econômica nas áreas de origem e de recepção migratória. Nas primeiras, preponderantemente áreas rurais ou ruralizadas, a participação da mulher na atividade produtiva, se bem que quantitativamente expressiva, tem importância socialmente secundária, nem sempre sujeita a uma remuneração¹⁰, ou sequer definida. Já nas áreas de destino, preponderantemente urbanas, focos mais dinâmicos do processo de desenvolvimento social e econômico, tem sido relativamente maior a aceitação social do trabalho feminino remunerado.

Mesmo assim, é bastante restrita, a nível do contingente feminino, as oportunidades de engajamento no mercado de trabalho urbano. Em razão do próprio status sócio-econômico da mulher nas áreas de origem, uma vez que, os contingentes femininos que se deslocam para as áreas urbanas são desfavoravelmente diferenciados em relação aos homens com respeito aos próprios níveis de capacidade formal para o trabalho. Silva (1978) acredita que a posição histórica conferida

¹⁰ - O termo remuneração está no sentido de pagamento em dinheiro.

à mulher pela sociedade deve inferir, ainda hoje, para inibir ou limitar sua própria agressividade, tomada de decisões e aceitação de riscos no âmbito do desempenho de atividades profissionais. Isto deve contribuir ainda mais para reduzir o elenco de oportunidades que se abrem nas áreas urbanas ao ingresso e/ou acesso da mulher, principalmente em mercado de trabalho relativamente saturado.

Dentre as oportunidades que permanecem abertas, sobressaem as ocupações terciárias em serviços domésticos remunerados, basicamente refratário ao trabalho masculino, que devem interessar acentuadamente aos contingentes femininos de baixos níveis de instrução, seja pelas mais reduzidas exigências de capacitação formal, seja pelo prolongamento, que constituem a atividade rotineira, exercida nos locais de origem, no âmbito da própria família e a nível não-profissional.

Moura (1975) indica, no caso das áreas urbanas, o fato de que as unidades familiares que contratam mão-de-obra feminina para serviços domésticos remunerados mantém com a mesma vínculos e relacionamentos bastante informais, sob quaisquer aspectos. A convivência com essas unidades familiares deve suavizar o processo de adaptação do elemento feminino à área urbana, ampliando-lhe o conhecimento das oportunidades existentes e contribuindo para estimular ou despertar aspirações econômicas, sociais e educacionais que o permanente contacto com famílias de mais altos níveis de instrução e renda pode proporcionar-lhe. Assim, pode-se dizer que o setor de prestação de serviços

domésticos remunerados deve de alguma forma, funcionar como estágio probatório^{1.4} para o futuro emprego em outras ocupações mais nobres da atividade econômica urbana ou para uma futura migração para uma área mais desenvolvida.

6.3 Grau de Instrução

A variável educação pode assumir papel de destaque como interveniente e/ou determinante dos diferenciais existentes entre migrantes e não-migrantes, e do ritmo com que esses diferenciais podem se ampliar ou reduzir no tempo. São freqüentemente encontradas na literatura especializada referências de que a educação possibilita diversificação quantitativa e qualitativa do elenco de oportunidades abertas aos indivíduos, inclusive em termos de ampliação da capacidade de adaptação dos migrantes frente à dinâmica dos mercados de trabalho das áreas receptoras. Sob o ângulo das relações educação-productividade-rendimento, são sensíveis os seus efeitos sobre a estrutura econômico-social das áreas de origem e de destino. De um lado, cabe ressaltar a contribuição da educação para a melhoria da produtividade da mão-de-obra, refletida sobre os próprios níveis e estruturas de salários e de outros rendimentos. Por outro lado, face à própria interveniência no comportamento do indivíduo, a educação, ao estimular a mobilidade da mão-de-obra, contribui para a distribuição e realocação dos fatores produtivos, com relação aos

^{1.4} - O termo estágio probatório é usado aqui no sentido de período de experiência, referente ao cumprimento dos seus deveres.

possíveis desequilíbrios existentes entre áreas e/ou pressões a nível de cada uma delas.

Há também que situar a posição da referida variável como indutora de deslocamento de populações residentes em áreas que contam com menor dotação, para áreas melhor servidas de infra-estrutura educacional. Nesses casos, os benefícios adquiridos pelos indivíduos que assim procedem, devem guardar associação com o seu próprio período de vida útil, uma vez que, os efeitos exercidos pela educação sobre a própria composição etária e por sexo da população que migra, e, indiretamente, sobre seus níveis de rendimentos imediatos e futuros. Segundo Langoni (1972), o diferencial de salários descontados ao longo do período de vida útil representa os benefícios resultantes dos anos adicionais de educação.

Tendo em vista essas influências, pode-se dizer que a RMF, cujo mercado de trabalho apresenta maior dinamismo que as demais áreas do estado do Ceará, constitui em polo de atração migratória mais imediata para indivíduos mais qualificados de outras áreas ou centros menores do Estado. Pode-se dizer também, que é bastante significativo os efeitos da educação no que concerne aos deslocamentos de pessoas com níveis de qualificação inferior aos das populações naturais. Isto se dá pelos grandes desníveis de infra-estrutura econômico-social que se sabe existir entre núcleo e periferia da RMF.

Moura (1975), afirma que, em função das perspectivas de melhoria de vida, os indivíduos que migram e que passam a se

defrontar, tanto com exigências de capacitação mais sofisticadas, com maiores disponibilidades de infra-estrutura educacional nas áreas receptoras, seriam induzidos a recorrer à educação como um meio de ascensão social e econômica, notadamente pela ampliação de sua capacidade de competição nos mercados de trabalho dessas ou de outras áreas de futura residência.

De acordo com a disponibilidade e natureza das informações fornecidas pelas pesquisas do SINE/CE nos períodos de 1986 e 1990, o controle e a especificação da variável educação será feito na Tabela 04.

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)
Analfabeto	11,22	11,22	8,64	8,64	13,44	13,44	26,47	26,47
Alfabetizado	16,37	27,59	13,59	22,22	6,74	24,18	7,04	33,51
Incompleto	44,60	72,19	32,41	74,63	50,39	74,57	46,28	79,79
Completo	8,65	78,04	5,05	79,69	6,75	91,32	5,06	84,87

TABELA 04 - Distribuição dos Residentes na RMF, por Grau de Instrução em 1986 e 1990.

GRAU DE INSTRUÇÃO	1986				1990			
	MIGRANTES		NÃO MIGRANTES		MIGRANTES		NÃO MIGRANTES	
	Partic. Relat. Simples (%)	Partic. Relat. Acumul. (%)	Partic. Relat. Simples (%)	Partic. Relat. Acumul. (%)	Partic. Relat. Simples (%)	Partic. Relat. Acumul. (%)	Partic. Relat. Simples (%)	Partic. Relat. Acumul. (%)
Analfabeto	11,22	11,22	8,64	8,64	15,44	15,44	26,47	26,47
Alfabetizado	16,37	27,59	13,58	22,22	8,74	24,18	7,04	33,51
1º Incompleto	44,60	72,19	52,41	74,63	50,39	74,57	46,28	79,79
1º Completo	6,65	78,84	5,05	79,68	6,75	81,32	5,08	84,87
2º Incompleto	5,03	83,87	5,83	85,51	5,05	86,37	4,38	89,25
2º Completo	11,36	95,23	9,86	95,37	10,18	96,55	8,18	97,43
Superior Incompleto	2,17	97,40	2,26	97,63	1,62	98,17	1,04	98,47
Superior Completo (1)	2,60	100,00	2,37	100,00	1,83	100,00	1,53	100,00
TOTAL	100,00	-	100,00	-	100,00	-	100,00	-

FONTE: SINE/CE.

(1) Está agregado o pessoal de nível superior e pós-graduação no período de 1990.

Desta tabela, ressalta-se a reduzida participação de pessoas com curso superior completo, independente de serem migrantes ou não-migrantes. Os índices representativos dos contingentes migrantes e não-migrantes com curso superior completo em 1986 são nessa ordem de 2,6% e 2,37%. E em 1990 reduzem-se respectivamente para 1,83% e 1,53%.

É também interessante observar as diferenças nas categorias de migrantes e não-migrantes nos mais baixos níveis de instruções considerados. Em 1986, 72,19% dos primeiros contingentes sequer tinham o primeiro grau incompleto. A segunda categoria (não-migrante) perfaz um total de 74,63%. Em 1990, por outro lado, até o primeiro grau incompleto totaliza 74,57% dos migrantes. De 79,79% dos contingentes não-migrantes, eles estão representados pelos seguintes percentuais; analfabetos (26,47%), alfabetizados (7,04%) e primeiro grau incompleto (46,28%). Esses índices mostram claramente a grande discrepância existente no sistema educacional entre as diversas áreas rurais e urbanas.

Moura (1975) ao fazer um estudo das migrações internas nas cidades de Fortaleza, Salvador e Recife, revela que pouco menos de duas terças partes da PEA migrante residente em 1970 nas Regiões Metropolitanas do Nordeste eram constituídas de pessoas analfabetas e/ou sem curso elementar completo. Tal proporção foi ligeiramente mais alta na Região Metropolitana de Fortaleza (63%), do que na do Recife (61%) e na de Salvador (58%).

A Tabela 5 apresenta o tempo de residência dos imigrantes na RMF, onde, observa-se, um número insignificante na faixa de 12 meses, ou seja, no período de um ano, isto é, eles representam menos de 1% nos períodos considerados, retratados da seguintes forma; 0,19% em 1986 e 0,40% em 1990. Isto, revela a tendência dos imigrantes em permanecer na RMF, independente das condições sócio-econômica em que se encontram, descartando qualquer possibilidade de uma possível migração de retorno.

TABELA 05 - Distribuição dos Migrantes por Tempo de Residência na RMF, em 1986 e 1990.

(Continuação)

PERIODOS TEMPO DE RESIDÊNCIA (MESES)	1986		1990	
	Nº de Indivíduos	Partic. Relat. Simples (%)	Nº de Indivíduos	Partic. Relat. Simples (%)
0 - 1	7	0,19	15	0,40
10 - 12	142	3,76	125	3,32
> 12	3.627	96,05	3.623	96,28
TOTAL	3.776	100,00	3.763	100,00

FONTES: SINE/CE.

Vale esclarecer, que a confirmação desse comportamento, é retratado pelo número de imigrantes residentes na faixa acima de 12 meses. Em 1986 o percentual representativo desses imigrantes é de 96,05% e em 1990 é de 96,28%, o que confirma a tendência em permanecer na RMF.

TABELA 06 - Distribuição dos Residentes na RMF, por Sexo e Faixa Etária em 1986 e 1990.

SEXO \ FAIXA \ ETÁRIA		1 9 8 6							
		M I G R A N T E S				N Ã O M I G R A N T E S			
		H O M E N S		M U L H E R E S		H O M E N S		M U L H E R E S	
		Partic. Relat. Simples (%)	Partic. Relat. Acumul. (%)	Partic. Relat. Simples (%)	Partic. Relat. Acumul. (%)	Partic. Relat. Simples (%)	Partic. Relat. Acumul. (%)	Partic. Relat. Simples (%)	Partic. Relat. Acumul. (%)
10	14	7,31	7,31	7,26	7,26	19,94	19,94	18,37	18,37
15	19	10,74	18,05	13,01	20,27	19,43	39,37	17,45	35,82
20	29	27,10	45,15	24,23	44,50	28,32	67,69	28,04	63,86
30	39	18,05	63,20	19,13	63,63	13,97	81,66	14,41	78,27
40	49	14,87	78,07	15,03	78,66	8,17	89,83	9,13	87,40
50	59	10,18	88,25	9,70	88,36	5,29	95,12	5,89	93,29
60	65	4,75	93,00	5,06	93,42	2,63	97,75	2,85	96,14
> 65		7,00	100,00	6,58	100,00	2,25	100,00	3,86	100,00
TOTAL		100,00	-	100,00	-	100,00	-	100,00	-

FONTE: SINE/CE.

TABELA 06 - Distribuição dos Residentes na RMF, por Sexo e Faixa Etária em 1986 e 1990.

(Continuação)

SEXO \ FAIXA \ ETÁRIA	1990								
	MIGRANTES				NÃO MIGRANTES				
	HOMENS		MULHERES		HOMENS		MULHERES		
	Partic. Relat. Simples (%)	Partic. Relat. Acumul. (%)	Partic. Relat. Simples (%)	Partic. Relat. Acumul. (%)	Partic. Relat. Simples (%)	Partic. Relat. Acumul. (%)	Partic. Relat. Simples (%)	Partic. Relat. Acumul. (%)	
10	14	5,50	5,50	5,00	5,00	19,24	19,24	18,20	18,20
15	19	10,29	15,79	11,09	16,09	15,28	34,52	15,46	33,66
20	29	27,48	43,27	24,93	41,02	29,08	63,60	27,82	61,48
30	39	17,96	61,23	19,68	60,70	14,56	78,16	13,82	75,30
40	49	13,99	75,22	13,05	73,75	9,32	87,48	9,62	84,92
50	59	11,05	86,27	11,63	85,38	5,79	93,27	6,60	91,52
60	65	5,62	91,89	5,74	91,12	3,02	96,29	3,56	95,08
> 65		8,11	100,00	8,88	100,00	3,71	100,00	4,92	100,00
TOTAL		100,00	-	100,00	-	100,00	-	100,00	-

FONTE: SINE/CE.

A Tabela 6 traz a configuração etária referente à população residente na RMF em 1986 e 1990. A partir de tais informações verifica-se que, em todas as faixas etárias observadas, prevalecem proporções mais altas de mulheres entre migrantes do que de homens em 1986. Salvo exceções nas faixas de 10 a 14 anos e de 20 a 29 anos, cuja a participação masculina nesses períodos são de 7,31% e 27,10%, e a participação feminina é de 7,26% e de 24,23% respectivamente. Em 1990, ocorre o

inverso, o que predomina é o contingente masculino em todas as faixas etárias, com exceção nas faixas de 15 a 19 anos, e de 30 a 39 anos, onde as mulheres apresentam um percentual de 11,09% e 19,68% , e os homens um percentual de 10,29% e 17,96% respectivamente.

O fluxo migratório de população jovem se mantém potencialmente, e de forma mais efetiva tanto para o sexo masculino como para o sexo feminino. Em referência as participações nas faixas etárias inferiores a 40 anos, as mulheres apresentam uma pequena superioridade em relação aos homens, com um índice de 63,63% para as mulheres e 63,20% para os homens. Esses índices, confirmam as argumentações de Ferreira (1984) de que nas faixas etárias inferiores a 40 anos, há um predomínio na participação de mulheres no processo migratório. Nas faixas seguintes, o que prevalece é a participação masculina. Isto ocorre porque, no caso das migrações internas, prevalecem movimentos de curta distância, ao contrário das migrações interestaduais, no que se relaciona à decisão de migrar; esta decisão está, de certo modo, atrelada à existência de mercado de trabalho disponível no segmento das atividades domésticas.

Outro aspecto a considerar diz respeito a categoria de mão-migrante nos períodos considerados, onde observa-se a superioridade na participação do contingente masculino em todas as faixas etárias. Em relação ao contingente migrante, verifica-se uma queda nas participações de ambos os sexos, em todas as faixas etárias consideradas. Essa queda revela a modificação do

volume do fluxo migratório nos períodos de 1986 e 1990, uma vez que, em 1986 a região Nordeste sofria com as sequelas do fenômeno da seca, e o Estado do Ceará, como parte integrante desta região, sofria bastante, expulsando populações do meio rural para as áreas urbanas.

RESUMO

R E S U M O

200 000,00

100 000,00

50 000,00

0

TABELA 07 - Distribuição dos Residentes na RMF, em Percentagem, por Sexo e Faixa Etária em 1986 e 1990.

(Cont. da p. 7)

		1 9 8 6					
SEXO		MIGRANTE			NÃO MIGRANTE		
FAIXA ETÁRIA	SEXO	H	M	T	H	M	T
10 - 14		42,55	57,45	100,00	47,77	52,23	100,00
15 - 19		37,80	62,20	100,00	48,42	51,58	100,00
20 - 29		45,16	54,84	100,00	45,98	54,02	100,00
30 - 39		40,99	59,01	100,00	44,96	55,04	100,00
40 - 49		42,12	57,88	100,00	42,98	57,02	100,00
50 - 59		43,58	56,42	100,00	43,10	56,90	100,00
60 - 65		40,86	59,14	100,00	43,66	56,34	100,00
> 65		43,92	56,08	100,00	32,92	67,08	100,00

FONTE: SINE/CE.

NOTA: H - Homem; M - Mulher; T - Total.

TABELA 07 - Distribuição dos Residentes na RMF, em Percentagem, por Sexo e Faixa Etária em 1986 e 1990.

(Continuação)

FAIXA ETÁRIA	SEXO	1990					
		MIGRANTE			NÃO MIGRANTE		
		H	M	T	H	M	T
10 - 14		45,74	54,26	100,00	46,94	53,06	100,00
15 - 19		41,60	58,40	100,00	45,27	54,73	100,00
20 - 29		45,84	54,16	100,00	46,65	53,35	100,00
30 - 39		41,20	58,80	100,00	46,85	53,15	100,00
40 - 49		45,15	54,85	100,00	44,79	55,21	100,00
50 - 59		42,20	57,80	100,00	42,37	57,63	100,00
60 - 65		42,93	57,07	100,00	41,52	58,48	100,00
> 65		41,23	58,77	100,00	38,67	61,33	100,00

FONTE: SINE/CE.

NOTA: H - Homem; M - Mulher; T - Total.

A Tabela 7, retrata a composição dos residentes no município de Fortaleza por faixa etária e sexo, na qual, infere-se que o contingente feminino em todas as faixas apresenta-se bastante expressivo, independentemente de serem migrantes ou não-migrantes e dos períodos considerados.

Vale ressaltar, que na categoria de migrante as participações das mulheres no fluxo migratório apresentam uma pequena redução de 1986 para 1990, mantendo todavia, a supremacia em relação ao contingente masculino.

No sentido de complementar essas inferências, observa-se da Tabela 7, que a participação do contingente feminino em

todas as categorias e em todas as faixas etárias, está acima de 50%, ou seja, o maior e/ou menor índice de participação feminina por faixa etária foi em 1986, com um índice de 62,20% na faixa de 15 a 19 anos e 54,84% na faixa de 20 a 29 anos respectivamente. Isso confirma as observações de Eaton e Ferreira (1987), ao afirmarem que as mulheres migram mais que os homens a curta distância.

Com respeito exclusivamente aos contingentes feminino, Moura (1975) verificou que no município de Fortaleza, as participações mais significativas na intensidade imigratória, ocorrem na faixa dos 10 aos 24 anos passando de 12 a 14 para 20 a 24 migrantes por 100 não-migrantes. O que confirma a predominância de mulheres jovens no processo migratório.

TABELA 08 - Distribuição dos Residentes na RMF, por Grau de Instrução e Sexo em 1986 e 1990.

SEXO \ GRAU DE INSTRUÇÃO		M I G R A N T E S							
		1 9 8 6				1 9 9 0			
		HOMENS		MULHERES		HOMENS		MULHERES	
		Partic. Relat. Simples (%)	Partic. Relat. Acumul. (%)	Partic. Relat. Simples (%)	Partic. Relat. Acumul. (%)	Partic. Relat. Simples (%)	Partic. Relat. Acumul. (%)	Partic. Relat. Simples (%)	Partic. Relat. Acumul. (%)
Analfabeto	10,87	10,87	11,49	11,49	16,30	16,30	14,76	14,76	
Alfabetiz. (a)	16,30	27,17	16,41	27,90	8,94	25,24	8,59	23,35	
1º Incompleto	44,22	71,39	44,87	72,77	48,51	73,75	51,87	75,22	
1º Completo	6,93	78,32	6,44	79,21	6,94	80,69	6,60	81,82	
2º Incompleto	5,68	84,00	4,55	83,76	5,37	86,06	4,79	86,61	
2º Completo	10,74	94,74	11,82	95,58	9,60	95,66	10,64	97,25	
Superior Incompleto	2,44	97,18	1,98	97,56	2,11	97,77	1,23	98,48	
Superior Completo (b)	2,82	100,00	2,44	100,00	2,23	100,00	1,52	100,00	
TOTAL	100,00	-	100,00	-	100,00	-	100,00	-	

FONTES: SINE/CE.

NOTA: (a) É composto por pessoas que sabem ler e escrever rudimentarmente;

(b) É composto por superior completo e pós-graduação.

TABELA 08 - Distribuição dos Residentes na RMF, por Grau de Instrução e Sexo em 1986 e 1990.

(Continuação)

		N Ã O M I G R A N T E S							
		1 9 8 6				1 9 9 0			
		HOMENS		MULHERES		HOMENS		MULHERES	
SEXO \	GRAU DE INSTRUÇÃO \	Partic.	Relat.	Partic.	Relat.	Partic.	Relat.	Partic.	Relat.
		Simple	Acumul.	Simple	Acumul.	Simple	Acumul.	Simple	Acumul.
		(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)
	Analfabeto	8,00	8,00	9,20	9,20	28,42	28,42	24,68	24,68
	Alfabetiz. (a)	13,46	21,46	13,69	22,89	7,25	35,67	6,84	31,52
	1º Incompleto	55,38	76,84	49,79	72,68	45,95	81,62	46,59	78,11
	1º Completo	4,85	81,69	5,22	77,90	5,15	86,77	5,02	83,13
	2º Incompleto	5,35	87,04	6,25	84,15	3,85	90,62	4,87	88,00
	2º Completo	8,58	95,62	10,99	95,14	6,98	97,60	9,28	97,28
	Superior Incompleto	2,39	98,01	2,15	97,29	1,09	98,69	1,00	98,28
	Superior Completo (b)	1,99	100,00	2,71	100,00	1,31	100,00	1,72	100,00
	TOTAL	100,00	-	100,00	-	100,00	-	100,00	-

FORNE: SINE/CE.

NOTA: (a) É composto por pessoas que sabem ler e escrever rudimentarmente;

(b) É composto por superior completo e pós-graduação.

A Tabela 8 revela a caracterização do nível educacional formal dos residentes na RMF, permitindo assim, uma identificação da qualificação formal por sexo.

As informações constantes nesta tabela revelam que pouco menos de 80% do contingente migrante residente em 1986 era constituído de pessoas analfabetas e/ou sem curso elementar

completo^{4.22}, independentemente do sexo. Porém, cabe salientar que a participação feminina é ligeiramente superior à masculina, com 79,21% para as mulheres e 78,32% para os homens. Em 1990, esses percentuais passaram para 81,82% para as mulheres e 80,69% para os homens. Isso revela o baixo nível de qualificação formal das mulheres nas áreas de origem.

Com relação aos contingentes não-migrantes, observa-se uma melhora bastante considerável em todos os níveis de instrução para os dois sexos de 1986 para 1990. Cabe ressaltar que no período de 1986, a participação masculina com curso elementar completo era de 81,69% e em 1990 atinge 86,77%. A participação feminina, nesse mesmo nível de instrução em 1986 era de 77,90% e em 1990, 83,13%. Isto retrata uma maior dotação de infra-estrutura educacional nas áreas urbanas.

Ainda no que concerne aos migrantes, verifica-se uma participação bastante reduzida com curso superior completo em 1986, com 2,82% de homens e 2,44% de mulheres. Em 1990 esse quadro é o seguinte; 2,23% para os homens e 1,52% para as mulheres. Na categoria de não-migrante, nesse mesmo nível de instrução, a participação dos homens e das mulheres é ainda menor, sendo em 1986, 1,99% para os homens e 2,71% para as mulheres, e em 1990, 1,31% e 1,72% para os homens e para as mulheres respectivamente. Assim, pode-se dizer que o nível de

^{4.22} - A classificação curso elementar completo é constituído pelos cursos desde a alfabetização até a conclusão do primeiro grau.

qualificação formal dos residentes no município de Fortaleza é bastante precário.

Holanda (1991) mostra que para o Brasil como um todo, o número de analfabetos (30 milhões) está aumentando consideravelmente e que, de cada 1000 alunos que entram no 1º grau apenas 63 concluem o 2º grau, 48 entram na universidade e 8 concluem o curso superior. Portanto, pode-se concluir que a RMF retrata fielmente o estado de degradação da base educacional do país.

TABELA 09 - Distribuição dos Residentes na RMF, por Grau de Instrução e Sexo em 1986 e 1990.

SEXO	M I G R A N T E					
	1 9 8 6			1 9 9 0		
	H	M	T	H	M	T
Analfabeto	41,04	58,96	100,00	46,47	53,53	100,00
Alfabetiz. (a)	42,23	57,77	100,00	44,98	55,02	100,00
1º Incompleto	42,04	57,96	100,00	42,35	57,65	100,00
1º Completo	44,22	55,78	100,00	45,28	54,72	100,00
2º Incompleto	47,89	52,11	100,00	46,84	53,16	100,00
2º Completo	40,10	59,90	100,00	41,51	58,49	100,00
Superior Incompleto	47,56	52,44	100,00	57,38	42,62	100,00
Superior Completo (b)	45,92	54,08	100,00	53,62	46,38	100,00

FONTE: SINE/CE.

NOTA: (a) é composto por pessoas que sabem ler e escrever rudimentarmente;

(b) é composto por superior completo e pós-graduação.

TABELA 09 - Distribuição dos Residentes na RMF, por Grau de Instrução e Sexo em 1986 e 1990.

(Continuação)

SEXO	NÃO MIGRANTE					
	1986			1990		
	H	M	T	H	M	T
Analfabeto	43,27	56,73	100,00	51,33	48,67	100,00
Alfabetiz. (a)	46,30	53,70	100,00	49,26	50,74	100,00
1º Incompleto	49,37	50,63	100,00	47,46	52,54	100,00
1º Completo	44,86	55,14	100,00	48,46	51,54	100,00
2º Incompleto	42,86	57,14	100,00	41,96	58,04	100,00
2º Completo	40,67	59,33	100,00	40,83	59,17	100,00
Superior Incompleto	49,31	50,69	100,00	50,00	50,00	100,00
Superior Completo (b)	39,07	60,93	100,00	41,03	58,97	100,00

FONTE: SINE/CE.

NOTA: (a) é composto por pessoas que sabem ler e escrever rudimentarmente;

(b) é composto por superior completo e pós-graduação.

H - Homem; M - Mulher; T - Total.

A tabela 9 infere sobre o grau de instrução entre migrante e não-migrante por sexo, na qual, observa-se que as mulheres mantêm um alto índice de participação em todos os níveis de instrução, ou seja, um índice acima de 51%.

Observando inicialmente os valores atinentes aos contingentes migrantes, cabe notar que a participação feminina apresenta uma tendência de queda no nível de qualificação. Em 1986, 58,96% eram analfabetas, 57,77% alfabetizadas, 55,78% tinham o 1º grau completo, 59,90% o 2º grau completo e 54,08% o

curso superior completo. Em 1990 esses números foram, 53,53%, 55,02%, 54,72%, 58,49% e 46,38% respectivamente. Isto reflete a "agressividade" da população migrante feminina em relação aos migrantes masculino no mercado de trabalho, sobretudo, no que se refere à parcela com baixo níveis de instrução. Moura(1975) entende essa "agressividade" como um reflexo da própria necessidade de uma ocupação remunerada por parte da mulher migrante, quer para complementar a renda familiar, quer para cobrir os custos onerosos incorridos com o deslocamento.

Quanto aos contingentes não-migrantes, as mulheres apresentam-se com um nível de qualificação bem superior do que os homens. Em 1986, no nível de analfabetos, 53,70% eram mulheres e 46,30% eram homens, com o 1º grau completo, as mulheres representavam 55,14% e os homens 44,86%, com o 2º grau completo 59,33% eram mulheres e 40,67% eram homens, no nível de curso superior completo, a discrepância é bastante acentuada sendo 60,93% de mulheres e 39,07% de homens. Em 1990, há uma modificação geral nesses números, sendo composto pelos seguintes índices; no nível de analfabetos, 50,74% de mulheres e 49,26% de homens, no nível de 1º grau completo, 51,74% de mulheres e 48,46% de homens, com 2º grau completo, 59,17% eram mulheres e 40,83% eram homens e no nível de curso superior completo, 58,97% e 41,03% eram mulheres e homens respectivamente.

Casimiro (1986) ao estudar a distribuição da população residente na RMF em idade de trabalhar em 1979, constatou que as mulheres apresentam um baixo nível de instrução, sendo 63,4%

analfabetas, 38,5% alfabetizadas; 45,3% tinham o 1º grau completo e 48,1% o curso superior completo. Logo, pode-se dizer que houve uma evolução no nível de qualificação formal das mulheres de 1979 para 1986 e finalmente para 1990. Essa evolução se deu pela necessidade da complementação da renda familiar em obter um emprego no setor formal no mercado de trabalho na RMF.

TABELA 10 - Distribuição dos Residentes na RMF, por Grau de Instrução e Faixa Etária em 1986.

\ FAIXA ETÁRIA \ GRAU INSTRUÇÃO	MIGRANTES										TOTAL
	101-114	115-119	120-129	130-139	140-149	150-159	160-165	> 65			
Analfabeto	4,00 (2,60)	3,08 (3,30)	6,76 (15,33)	9,93 (16,50)	12,57 (16,75)	17,91 (15,80)	26,34 (11,56)	30,20 (18,16)	11,23 (100,00)		
Alfabetizado	17,82 (7,93)	9,23 (6,80)	10,72 (16,67)	16,88 (19,26)	20,18 (18,44)	21,39 (12,94)	24,74 (7,44)	25,49 (10,52)	16,37 (100,00)		
1º Incompleto	76,72 (12,53)	61,97 (16,75)	39,44 (22,51)	42,98 (17,99)	40,88 (13,72)	37,17 (8,25)	32,80 (3,62)	30,59 (4,63)	44,59 (100,00)		
1º Completo	0,36 (0,40)	4,40 (7,97)	8,01 (30,68)	6,81 (19,12)	7,79 (17,53)	7,75 (11,55)	6,99 (5,18)	7,45 (7,57)	6,65 (100,00)		
2º Incompleto	1,10 (1,58)	14,06 (33,69)	8,22 (41,58)	2,27 (8,42)	2,83 (8,42)	2,14 (4,21)	1,08 (1,05)	0,78 (1,05)	5,03 (100,00)		
2º Completo	-	4,84 (5,13)	18,32 (41,03)	15,60 (25,64)	11,51 (15,15)	9,89 (8,63)	4,30 (1,86)	4,31 (2,56)	11,36 (100,00)		
Superior Incompleto	-	2,20 (12,19)	5,93 (69,51)	0,85 (7,32)	0,88 (6,10)	0,54 (2,44)	1,08 (2,44)	-	2,17 (100,00)		
Superior Completo (1)	-	0,22 (1,02)	2,60 (25,51)	4,68 (33,67)	3,36 (19,39)	3,21 (12,25)	2,67 (5,10)	1,18 (3,06)	2,60 (100,00)		
TOTAL	100,00 (7,28)	100,00 (12,05)	100,00 (25,45)	100,00 (18,67)	100,00 (14,96)	100,00 (9,91)	100,00 (4,93)	100,00 (6,75)	100,00 (100,00)		

FONTE: SINE/CE.

NOTA: Os números sem parenteses devem ser lidos pela vertical;
Os números entre parenteses devem ser lidos pela horizontal.

TABELA 10 - Distribuição dos Residentes na RMF, por Grau de Instrução e Faixa Etária em 1986.

(Continuação)

\ FAIXA ETÁRIA \ GRAU INSTRUÇÃO	N Ã O M I G R A N T E S									
	101-114	115-119	120-129	130-139	140-149	150-159	160-165	65	TOTAL	
Analfabeto	2,33 (7,14)	1,48 (4,35)	3,44 (15,53)	5,99 (13,66)	12,92 (18,01)	18,62 (16,77)	21,13 (9,32)	30,43 (15,22)	6,23 (100,00)	
Alfabetizado	9,74 (16,72)	7,38 (12,19)	7,63 (19,35)	11,31 (14,46)	15,38 (12,02)	22,07 (11,15)	29,58 (7,32)	24,22 (6,79)	11,11 (100,00)	
1º Incompleto	85,39 (31,71)	61,81 (22,07)	37,80 (20,72)	40,19 (11,11)	40,76 (6,89)	36,55 (3,99)	32,39 (1,73)	29,19 (1,78)	51,40 (100,00)	
1º Completo	1,12 (3,43)	2,22 (6,54)	10,17 (46,11)	9,54 (21,81)	7,35 (10,28)	7,59 (6,85)	5,63 (2,49)	4,97 (2,49)	6,22 (100,00)	
2º Incompleto	1,01 (2,70)	19,83 (50,67)	9,14 (35,85)	3,13 (6,20)	2,67 (3,23)	0,69 (0,54)	-	1,86 (0,81)	7,19 (100,00)	
2º Completo	0,41 (0,64)	4,96 (7,50)	21,79 (50,56)	13,80 (22,97)	11,51 (9,89)	9,65 (4,46)	8,45 (1,91)	8,08 (2,07)	12,14 (100,00)	
Superior Incompleto	-	2,32 (15,28)	6,87 (69,44)	2,04 (10,42)	1,11 (3,47)	0,69 (1,39)	-	-	2,79 (100,00)	
Superior Completo (1)	-	-	3,16 (30,46)	8,18 (39,74)	6,01 (17,88)	4,14 (7,95)	2,82 (2,65)	1,25 (1,32)	2,92 (100,00)	
TOTAL	100,00 (19,09)	100,00 (18,35)	100,00 (28,17)	94,18 (14,21)	97,71 (8,69)	100,00 (5,62)	100,00 (2,75)	100,00 (3,12)	100,00 (100,00)	

FONTE: SINE/CE.

NOTA: Os números sem parenteses devem ser lidos pela vertical;
Os números entre parenteses devem ser lidos pela horizontal.

TABELA 11 - Distribuição dos Residentes na RMF, por Grau de Instrução e Faixa Etária em 1990.

\ FAIXA ETÁRIA	M I G R A N T E S									
	\ GRAU INSTRUÇÃO	10-14	15-19	20-29	30-39	40-49	50-59	60-65	> 65	TOTAL
Analfabeto	6,91 (2,68)	5,17 (4,12)	6,50 (12,58)	9,97 (14,02)	18,97 (18,97)	22,20 (18,76)	22,93 (9,69)	30,19 (19,18)	13,46 (100,00)	
Alfabetizado	3,19 (1,93)	2,84 (3,54)	2,88 (8,68)	7,33 (16,08)	12,16 (18,97)	14,15 (18,65)	22,44 (14,79)	17,53 (17,36)	8,63 (100,00)	
1º Incompleto	89,90 (9,13)	72,09 (15,07)	47,01 (23,82)	50,73 (18,69)	45,36 (11,89)	43,65 (9,67)	40,49 (4,49)	43,51 (7,24)	51,37 (100,00)	
1º Completo	-	2,07 (3,15)	10,02 (37,00)	9,38 (25,20)	8,25 (15,75)	6,34 (10,24)	4,88 (3,94)	3,90 (4,72)	7,05 (100,00)	
2º Incompleto	-	14,47 (29,63)	10,02 (49,73)	3,52 (12,70)	1,03 (2,65)	1,95 (4,23)	0,49 (0,53)	0,32 (0,53)	5,25 (100,00)	
2º Completo	-	1,81 (1,83)	17,38 (42,56)	14,52 (25,85)	11,75 (14,88)	8,05 (8,62)	6,82 (3,65)	3,25 (2,61)	10,63 (100,00)	
Superior Incompleto	-	1,55 (9,84)	3,84 (59,01)	1,91 (21,31)	0,83 (6,56)	0,49 (3,28)	-	-	1,69 (100,00)	
Superior Completo	-	-	2,35 (31,88)	2,64 (26,09)	1,65 (11,59)	3,17 (18,84)	1,95 (5,80)	1,30 (5,80)	1,92 (100,00)	
TOTAL	100,00 (5,22)	100,00 (10,74)	100,00 (26,03)	100,00 (18,93)	100,00 (13,46)	100,00 (11,38)	99,51 (5,69)	100,00 (8,55)	100,00 (100,00)	

FONTE: SINE/CE.

NOTA: Os números sem parenteses devem ser lidos pela vertical;
Os números entre parenteses devem ser lidos pela horizontal.

TABELA 11 - Distribuição dos Residentes na RMF, por Grau de Instrução e Faixa Etária em 1990.

(Continuação)

\ FAIXA ETÁRIA	N Ã O M I G R A N T E S									
	10-14	15-19	20-29	30-39	40-49	50-59	60-65	> 65	TOTAL	
Analfabeto	5,53 (9,44)	3,03 (6,67)	3,89 (15,83)	6,85 (13,89)	8,18 (11,11)	18,38 (16,39)	19,88 (9,44)	27,56 (17,23)	6,98 (100,00)	
Alfabetizado	3,01 (10,91)	0,76 (2,26)	2,46 (13,53)	4,38 (12,03)	9,41 (17,29)	12,77 (15,41)	15,79 (10,15)	21,78 (18,42)	5,16 (100,00)	
1º Incompleto	90,22 (29,76)	68,47 (18,20)	46,99 (23,06)	44,79 (10,96)	46,22 (7,57)	46,42 (4,99)	45,61 (2,61)	37,78 (2,85)	57,88 (100,00)	
1º Completo	0,52 (1,28)	5,04 (10,26)	10,59 (39,74)	10,68 (20,00)	12,47 (15,64)	8,41 (6,93)	8,19 (3,59)	4,44 (2,56)	7,56 (100,00)	
2º Incompleto	0,52 (1,51)	17,65 (42,17)	10,25 (45,18)	3,97 (8,74)	0,62 (0,90)	0,62 (0,60)	0,59 (0,30)	0,89 (0,60)	6,44 (100,00)	
2º Completo	-	3,03 (3,83)	20,29 (47,37)	22,47 (26,16)	17,79 (13,88)	10,59 (5,42)	7,02 (1,91)	4,00 (1,43)	12,16 (100,00)	
Superior Incompleto	0,10 (1,25)	2,02 (20,00)	2,87 (52,50)	1,38 (12,50)	1,02 (6,25)	0,94 (3,75)	-	1,33 (3,75)	1,55 (100,00)	
Superior Completo	0,10 (0,85)	-	2,66 (33,33)	5,48 (34,19)	4,29 (17,96)	1,87 (5,13)	2,92 (4,27)	2,22 (4,27)	2,27 (100,00)	
TOTAL	100,00 (18,68)	100,00 (15,38)	100,00 (28,39)	100,00 (14,16)	100,00 (9,48)	100,00 (6,23)	100,00 (3,32)	100,00 (4,36)	100,00 (100,00)	

FONTE: SINE/CE.

NOTA: Os números sem parenteses devem ser lidos pela vertical;
Os números entre parenteses devem ser lidos pela horizontal.

As Tabelas 10 e 11 permitem inferir sobre a relação que existe entre o grau de instrução e a faixa etária dos contingentes migrantes e não-migrantes nos períodos de 1986 e 1990 respectivamente. Observa-se que em 1986 os migrantes compreendidos nas faixas etárias de 10 a 14 anos e de 15 a 19

anos apresentam um baixo nível de instrução na seguinte ordem; 1º grau incompleto, alfabetizados e analfabetos, para as faixas etárias de 20 a 29 anos e de 30 a 39 anos, há uma pequena melhora na qualificação desse pessoal com os seguintes níveis de instrução; 1º grau incompleto, 2º grau completo e alfabetizados, para os migrantes acima de 40 anos o nível de qualificação formal diminui. Portanto, pode-se dizer que os indivíduos classificados na categoria de migrantes com idade compreendida entre 20 a 29 anos, são os mais migram, por serem os mais qualificados para pressionar a competitividade no mercado de trabalho na RMF. Em 1990 é mantido a mesma sequência dos níveis de instrução para as mesmas faixas etárias.

Com referência ao nível de instrução, constata-se que os migrantes mais qualificados encontram-se na faixa etária compreendida entre 20 a 39 anos tanto em 1986 como em 1990.

Fazendo uma análise comparativa entre o nível de instrução dos migrantes e não-migrantes por faixa etária, as tabelas 10 e 11 mostram que os não-migrantes são mais qualificados do que os migrantes em todas as faixas etárias, dado a própria estrutura educacional que no setor urbano é bem melhor servido do que as áreas ruralizadas, é o que revela o nível de instrução, 2º grau completo com um índice de 50,56% dos não-migrantes na faixa etária de 20 a 29 anos e 41,03% dos migrantes na mesma faixa etária em 1986, em 1990 nesse mesmo nível de instrução para essa mesma faixa etária, encontra-se 47,37% de não-migrantes e 42,56% de migrantes.

TABELA 12 - Distribuição dos Residentes na RMF, por Ocupação em 1986 e 1990.

OCUPAÇÃO	1986		1990					
	MIGRANTES	NÃO MIGRANTES	MIGRANTES	NÃO MIGRANTES				
	Nº DE CASOS	PART. SIMPLES	Nº DE CASOS	PART. SIMPLES				
Empregador	21	1,20	12	0,64	11	0,64	18	0,90
Autônomo ¹	515	29,50	380	20,25	557	32,42	538	26,83
Empregado Público	220	12,60	359	19,13	167	9,72	267	13,32
Empregado Doméstico	119	6,82	83	4,42	113	6,58	77	3,84
Empregado Particular ²	850	48,68	1.012	53,92	829	48,25	1.077	53,72
M.F.S.R. ³	21	1,20	31	1,65	41	2,39	28	1,40
TOTAL	1.746	100,00	1.877	100,00	1.718	100,00	2.005	100,00

FONTES: SINE/CE.

- NOTA: 1 Pessoa que explora uma atividade qualquer, não caracterizada pelo exercício predominantemente técnico e intelectual de conhecimento, sem o concurso de força de trabalho assalariada;
- 2 Pessoa que realiza um trabalho em base contínua, para um empregador (indivíduo, firma ou instituição) em troca de uma remuneração em dinheiro, bens ou serviços;
- 3 Entrevistado que embora se mantenha inativo, revelou estar procurando emprego continuamente nos últimos cinco meses e ao mesmo tempo, não realizou qualquer tipo de atividade.

A Tabela 12 revela a forma de ocupação dos contingentes migrantes e não-migrantes no mercado de trabalho na Região Metropolitana de Fortaleza, nos períodos de 1986 e 1990.

Desta tabela constata-se que a ocupação predominante do pessoal classificado na categoria de migrante em 1986 é a de empregado particular com 48,68%, seguido pelos autônomos (29,50%) e pelos empregados públicos (12,60%). Em 1990 esses

índices, nesta mesma ordem, foram; 48,25%, 32,42% e 9,72% respectivamente, indicando não ter havido mudança.

Com referência à categoria de não-migrante, observa-se a mesma sequência de ocupação do pessoal migrante, isto é, empregado particular, autônomo e empregado público, que em 1986 apresentavam os seguintes índices; 53,92%, 20,25% e 19,32% respectivamente, e em 1990, tais índices passaram para 53,72%, 26,83% e 13,32%.

Cabe ressaltar a ampliação dos migrantes com emprego autônomo quando passaram de 29,50% em 1986 para 32,42% em 1990, o que expressa a necessidade de sobrevivência, mesmo que isto represente ganhos esporádicos e sem quaisquer garantias de continuidade.

Essas informações confirmam os dados apresentados por Casimiro (1986) ao afirmar que o conjunto de ocupados na RMF é composto majoritariamente pelos empregados particulares tanto em 1979 como em 1983, com um índice de 66,9% e 63,0% respectivamente. Em segundo lugar, estão os autônomos com 25,8% em 1979 e 28,0% em 1983. Seguem-se, então os empregadores com 5,9% em 1979 e 4,7% em 1983.

Essa tabela infelizmente não possibilita avaliar se houve ou não uma mobilidade, entre as distintas posições na ocupação, dado a ausência de informações da pesquisa realizada pelo SINE/CE.

De início procurar-se-á apontar a evolução dos ganhos obtidos pelos residentes migrantes e não-migrantes ocupados na

RMF, nos períodos em análise. Aqui inclui-se apenas os ganhos do trabalho declarados pelos informantes, em qualquer posição na ocupação.

TABELA 13 - Distribuição dos Rendimentos dos Residentes na RMF, nos períodos 1986 e 1990.

PERÍODO		1 9 8 6					
		MIGRANTES			NÃO MIGRANTES		
REMU- NERAÇÃO (S.M.)		Nº DE CASOS	PART. SIMPLES	PART. ACUMUL.	Nº DE CASOS	PART. SIMPLES	PART. ACUMUL.
0	0,5	311	17,81	17,81	318	16,94	16,94
0,5	1	610	34,94	52,75	631	33,62	50,56
1	2	335	19,19	71,94	369	19,66	70,22
2	3	104	5,96	77,89	163	8,68	78,90
3	5	156	8,93	86,83	169	9,00	87,91
5	10	85	4,87	91,70	94	5,01	92,91
	> 10	36	2,06	93,76	38	2,02	94,94
S.Remuneração		109	6,24	100,00	95	5,06	100,00
TOTAL		1.746	100	-	1.877	100	-

FONTES: SINE/CE.

NOTA: Salário mínimo em março de 1986, Cz\$ 804,00;

TABELA 13 - Distribuição dos Rendimentos dos Residentes na RMF, nos períodos 1986 e 1990.

(Continuação)

PERÍODO	1 9 9 0					
	MIGRANTES			NÃO MIGRANTES		
	Nº DE CASOS	PART. SIMPLES	PART. ACUMUL.	Nº DE CASOS	PART. SIMPLES	PART. ACUMUL.
0 - 0,5	124	7,22	7,22	141	7,03	7,03
0,5 - 1	447	26,02	33,24	544	27,13	34,16
1 - 2	452	26,31	59,55	529	26,38	60,55
2 - 3	171	9,95	69,50	220	10,97	71,52
3 - 5	189	11,00	80,50	220	10,97	82,49
5 - 10	93	5,41	85,91	120	5,99	88,48
> 10	50	2,91	88,82	62	3,09	91,57
S Remuneração	192	11,18	100,00	169	8,43	100,00
TOTAL	1.718	100	-	2.005	100	-

FONTES: SINE/CE.

NOTA: Salário mínimo em dezembro de 1990, Cr\$ 8.836,82;

A análise da Tabela 13 evidencia uma queda na participação dos contingentes migrantes e não-migrantes na passagem de estratos de renda mais altas para estratos de renda mais baixas, notadamente. Identifica-se, assim três estratos que recebem claramente um maior número de migrantes. O estrato de zero a meio salário-mínimo comportava apenas 17,81% dos migrantes em 1986, passou para 7,22% em 1990. Para os demais estratos encontra-se; 34,94% de migrantes em 1986 na faixa de 0,5 a 1 salário-mínimo e 26,02% em 1990. Na faixa de 1 a 2 salários-mínimos que comportava em 1986, 19,19% dos migrantes passa a

Distribuição Relativa dos Rendimentos em 1990

conter em 1990, 26,31%. De modo geral, pode-se dizer que 71,94% do contingente migrante percebem rendimentos inferiores a 2 salários-mínimos em 1986 e em 1990 apenas 59,55%. A partir daí a tendência é de redução na participação dos migrantes nos estratos até 10 salários-mínimos. Na faixa superior a 10 salários-mínimos observa-se um leve aumento na participação dos migrantes de 2,06% em 1986 para 2,91% em 1990.

Com referência ao contingente não-migrante, observa-se que em 1986 as faixas que comportam um maior número desse pessoal são as mesmas faixas dos migrantes, quais sejam, a faixas de zero a meio salário-mínimo, 0,5 a 1 salário-mínimo e de 1 a 2 salários-mínimos, com os seguintes percentuais; 16,94%, 33,62% e 19,66% respectivamente. Em 1990, nessa mesma sequência de faixas, passam para 7,03%, 27,13% e 26,38%. Esses percentuais revelam que em 1986, 70,22% do contingente não-migrante percebem rendimento inferior a 2 salários-mínimos, e em 1990 somente 60,55% dos não-migrantes percebem até 2 salários-mínimos.

A avaliação comparativa dos ganhos entre migrantes e não-migrantes revela a partir dessa amostra, que na RMF o primeiro contingente (migrante) percebem rendimentos inferiores aos não-migrantes. Essa revelação, contudo, não surpreende, dada a fragilidade da estrutura de renda local, ou seja, o nível e a distribuição de renda; não se espera que o espaço penetrado pelo migrante, garanta-lhe em média ganhos adequados.

TABELA 14 - Distribuição Relativa dos Rendimentos dos Residentes na RMF, por Sexo nos períodos de 1986 e 1990.

SEXO		1 9 8 6					
REMUNERAÇÃO (S.M.)		MIGRANTES			NÃO MIGRANTES		
		MASC.	FEM.	TOTAL	MASC.	FEM.	TOTAL
0	- 0,5	88	223	311	138	180	318
		28,30	71,70	100,00	43,40	56,60	100,00
		(8,93)	(29,30)	(17,81)	(12,31)	(23,81)	(16,94)
0,5	- 1	313	297	610	386	245	631
		51,31	48,69	100,00	61,17	38,83	100,00
		(31,78)	(39,03)	(34,94)	(34,43)	(32,41)	(33,62)
1	- 2	239	96	335	237	132	369
		71,34	28,66	100,00	64,23	35,77	100,00
		(24,26)	(12,61)	(19,19)	(21,14)	(17,46)	(19,66)
2	- 3	64	40	104	105	58	163
		61,54	38,46	100,00	64,42	35,58	100,00
		(6,50)	(5,26)	(5,96)	(9,37)	(7,67)	(8,68)
3	- 5	117	39	156	114	55	169
		75,00	25,00	100,00	67,46	32,54	100,00
		(11,88)	(5,12)	(8,93)	(10,17)	(7,28)	(9,00)
5	- 10	63	22	85	56	38	94
		74,12	25,88	100,00	59,57	40,43	100,00
		(6,40)	(2,89)	(4,87)	(5,00)	(5,03)	(5,01)
)	10	30	6	36	32	6	38
		83,33	16,67	100,00	84,21	15,79	100,00
		(3,05)	(0,79)	(2,06)	(2,85)	(0,79)	(2,02)
S/Remuner.		71	38	109	53	42	95
		65,14	34,86	100,00	55,79	44,21	100,00
		(7,21)	(4,99)	(6,24)	(4,73)	(5,56)	(5,06)
TOTAL		985	761	1.746	1.121	756	1.877
		56,41	43,59	100,00	59,72	40,28	100,00
		(100,00)	(100,00)	(100,00)	(100,00)	(100,00)	(100,00)

FONTES: SINE/CE.

NOTA: O 1º número de cada célula representa o número de casos;
 O 2º número de cada célula deve ser observado pela Horizontal;
 O 3º número de cada célula deve ser observado pela Vertical.

TABELA 14 - Distribuição Relativa dos Rendimentos dos Residentes na RMF, por Sexo nos períodos de 1986 e 1990.

(Continuação)

SEXO		1990					
		MIGRANTES			NÃO MIGRANTES		
REMU- NERAÇÃO (S.M.)		MASC.	FEM.	TOTAL	MASC.	FEM.	TOTAL
0	- 0,5	32	92	124	45	96	141
		25,81	74,19	100,00	31,91	68,09	100,00
		(3,20)	(12,83)	(7,22)	(3,67)	(12,34)	(7,03)
0,5	- 1	198	249	447	286	258	544
		44,30	55,70	100,00	52,57	47,43	100,00
		(19,78)	(34,73)	(26,02)	(23,31)	(33,16)	(27,13)
1	- 2	276	176	452	344	185	529
		61,06	38,94	100,00	65,03	34,97	100,00
		(27,57)	(24,55)	(26,31)	(28,04)	(23,78)	(26,38)
2	- 3	116	55	171	158	62	220
		67,84	32,16	100,00	71,82	28,18	100,00
		(11,59)	(7,67)	(9,95)	(12,88)	(7,97)	(10,97)
3	- 5	142	47	189	151	69	220
		75,13	24,87	100,00	68,64	31,36	100,00
		(14,19)	(6,56)	(11,00)	(12,31)	(8,87)	(10,97)
5	- 10	73	20	93	86	34	120
		78,49	21,51	100,00	71,67	28,33	100,00
		(7,29)	(2,79)	(5,41)	(7,01)	(4,37)	(5,99)
> 10		42	8	50	51	11	62
		84,00	16,00	100,00	82,26	17,74	100,00
		(4,20)	(1,12)	(2,91)	(4,16)	(1,41)	(3,09)
S/Remuner.		122	70	192	106	63	169
		63,54	36,46	100,00	62,72	37,28	100,00
		(12,19)	(9,76)	(11,18)	(8,64)	(8,10)	(8,43)
TOTAL		1.001	717	1.718	1.227	778	2.005
		58,27	41,73	100,00	61,20	38,80	100,00
		(100,00)	(100,00)	(100,00)	(100,00)	(100,00)	(100,00)

FONTES: SINE/CE.

NOTA: O 1º número de cada célula representa o número de casos;

O 2º número de cada célula deve ser observado pela Horizontal;

O 3º número de cada célula deve ser observado pela Vertical.

A Tabela 14 revela a distribuição por sexo dos rendimentos entre os residentes migrantes e não-migrantes no mercado de trabalho na RMF. Constatase que o contingente feminino migrante em 1986 percebe uma renda inferior aos contingentes masculinos migrantes em todas as faixas de renda, com exceção na faixa de zero a meio salário-mínimo cuja participação feminina é de 71,70% e a dos homens de 28,30%. Nas demais faixas de renda, há um predomínio do contingente masculino em relação as mulheres em termos de rendimentos percebidos, com uma tendência de crescimento à medida em que se amplia as faixas de renda.

Em 1990, esse quadro não é muito diferente, cuja única alteração ocorre na superioridade por parte das mulheres migrantes em perceberem um rendimento mais alto em relação aos homens migrantes nas faixas de zero a meio salário-mínimo e de 0,5 a 1 salário-mínimo, cujos índices para a primeira faixa são; 74,19% para as mulheres e 25,81% para os homens, e na segunda faixa são: 55,70% e 44,30% respectivamente. Nas demais faixas de rendimentos os migrantes masculinos mantêm a supremacia na forma de perceberem seus salários, aumentando cada vez mais com a ampliação das faixas de renda. Isto ocorre em decorrência da forma como o mercado de trabalho da RMF está absorvendo esses contingentes migrantes, que segundo Ferreira (1984) os migrantes masculinos são absorvidos no setor de construção civil e as mulheres migrantes são absorvidas no segmento das atividades domésticas.

No caso dos não-migrantes, observa-se a partir da Tabela 14 que os homens percebem uma renda mais elevada que as mulheres, aumentando com a ampliação das faixas de renda, tanto em 1986 quanto em 1990.

Observando ainda a Tabela 14, constata-se no período de 1986 a existência de um diferencial de rendimento percebidos entre migrantes e não-migrantes residentes na RMF. Assim, é notório a diferenciação de rendimentos percebidos pelos indivíduos não-naturais, de modo que 71,94% dos migrantes, independentemente do sexo, percebem rendimento até 2 salários-mínimos mensais, ou seja, dos 1.746 indivíduos migrantes 1.256,07 percebem menos de 2 salários-mínimos. Enquanto que nessa mesma faixa de renda encontram-se 70,22% de indivíduos naturais, ou seja, de 1.877 dos indivíduos não-migrantes 1.318,03 percebem até 2 salários-mínimos. Para o período de 1990 observa-se a mesma tendência discriminatória no processo de distribuição de renda entre migrantes e não-migrantes. Considerando os indivíduos por faixas, constata-se que os não-migrantes percebem rendimentos superior aos migrantes, isto é, os indivíduos de procedência urbana percebem rendimentos mais altos do que os indivíduos de procedência rural (migrantes).

TABELA 15 - Distribuição dos Residentes na RMF, por Remuneração e Faixa Etária em 1986 e 1990.

REMUNE-		1986							
RAÇÃO		0 :- 0,5		0,5 :- 1		1 :- 2		2 :- 3	
(S.M.)									
FAIXA		MIG.	INÃO MIG.	MIG.	INÃO MIG.	MIG.	INÃO MIG.	MIG.	INÃO MIG.
ETÁRIA									
10 :- 14		24	22	2	1	1	1	1	0
		77,42	78,57	6,45	3,57	3,23	3,57	3,23	0,00
		(7,72)	(6,92)	(0,33)	(0,16)	(0,30)	(0,27)	(0,96)	(0,00)
15 :- 19		64	94	46	68	7	16	3	1
		50,79	48,96	36,51	35,42	5,56	8,33	2,38	0,52
		(20,58)	(29,56)	(7,54)	(10,78)	(2,09)	(4,34)	(2,88)	(0,61)
20 :- 29		83	91	202	317	131	192	28	58
		15,54	11,71	37,83	40,80	24,53	24,71	5,24	7,46
		(26,69)	(28,62)	(33,11)	(50,24)	(39,10)	(52,03)	(26,92)	(35,58)
30 :- 39		58	39	126	128	95	96	37	56
		13,91	8,74	30,22	28,70	22,78	21,52	8,87	12,56
		(18,65)	(12,26)	(20,66)	(20,29)	(28,36)	(26,02)	(35,58)	(34,36)
40 :- 49		43	41	174	72	69	46	19	30
		10,57	15,41	42,75	27,07	16,95	17,29	4,67	11,28
		(13,83)	(12,89)	(28,52)	(11,41)	(20,60)	(12,47)	(18,27)	(18,40)
50 :- 59		24	21	46	35	24	14	12	14
		14,72	16,94	28,22	28,23	14,72	11,29	7,36	11,29
		(7,72)	(6,60)	(7,54)	(5,55)	(7,16)	(3,79)	(11,54)	(8,59)
60 :- 65		10	8	11	8	6	4	2	1
		21,74	24,24	23,91	24,24	13,04	12,12	4,35	3,03
		(3,22)	(2,52)	(1,80)	(1,27)	(1,79)	(1,08)	(1,92)	(0,61)
> 65		5	2	3	2	2	0	2	3
		22,73	18,18	13,64	18,18	9,09	0,00	9,09	27,27
		(1,61)	(0,63)	(0,49)	(0,32)	(0,60)	(0,00)	(1,92)	(1,84)
TOTAL		311	318	610	631	335	369	104	163
		17,81	16,94	34,94	33,62	19,19	19,66	5,96	8,68
		(100,00)	(100,00)	(100,00)	(100,00)	(100,00)	(100,00)	(100,00)	(100,00)

FONTES: SINE/CE.

NOTA: O 1º número de cada célula representa o número de casos;
 O 2º número de cada célula deve ser observado pela Horizontal;
 O 3º número de cada célula deve ser observado pela Vertical.

TABELA 15 - Distribuição dos Residentes na RMF, por Remuneração e Faixa Etária em 1986 e 1990.
(Continuação)

		1986									
REMUNERAÇÃO		3 - 5		5 - 10		> 10		Sem Remuneração		TOTAL	
FAIXA ETÁRIA		MIG.	INÃO MIG.	MIG.	INÃO MIG.	MIG.	INÃO MIG.	MIG.	INÃO MIG.	MIG.	INÃO MIG.
10	- 14	0	0	0	0	0	0	3	4	31	28
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9,68	14,29	100,00	100,00
		(0,00)	(0,00)	(0,00)	(0,00)	(0,00)	(0,00)	(2,75)	(4,21)	(1,78)	(1,49)
15	- 19	0	1	0	1	0	0	6	11	126	192
		0,00	0,52	0,00	0,52	0,00	0,00	4,76	5,73	100,00	100,00
		(0,00)	(0,59)	(0,00)	(1,06)	(0,00)	(0,00)	(5,50)	(11,58)	(7,22)	(10,23)
20	- 29	50	57	13	26	3	4	24	32	534	777
		9,36	7,34	2,43	3,35	0,56	0,51	4,49	4,12	100,00	100,00
		(32,05)	(33,73)	(15,29)	(27,66)	(8,33)	(10,53)	(22,02)	(33,68)	(30,58)	(41,40)
30	- 39	34	62	28	35	8	11	31	19	417	446
		8,15	13,90	6,71	7,85	1,92	2,47	7,43	4,26	100,00	100,00
		(21,79)	(36,69)	(32,94)	(37,23)	(22,22)	(28,95)	(28,44)	(20,00)	(23,88)	(23,76)
40	- 49	42	32	27	20	12	10	21	15	407	266
		10,32	12,03	6,63	7,52	2,95	3,76	5,16	5,64	100,00	100,00
		(26,92)	(18,93)	(31,76)	(21,28)	(33,33)	(26,32)	(19,27)	(15,79)	(23,31)	(14,17)
50	- 59	20	9	13	10	9	10	15	11	163	124
		12,27	7,26	7,98	8,06	5,52	8,06	9,20	8,87	100,00	100,00
		(12,82)	(5,33)	(15,29)	(10,64)	(25,00)	(26,32)	(13,76)	(11,58)	(9,34)	(6,61)
60	- 65	7	5	3	2	2	2	5	3	46	33
		15,22	15,15	6,52	6,06	4,35	6,06	10,87	9,09	100,00	100,00
		(4,49)	(2,96)	(3,53)	(2,13)	(5,56)	(5,26)	(4,59)	(3,16)	(2,63)	(1,76)
>	65	3	3	1	0	2	1	4	0	22	11
		13,64	27,27	4,55	0,00	9,09	9,09	18,18	0,00	100,00	100,00
		(1,92)	(1,78)	(1,18)	(0,00)	(5,56)	(2,63)	(3,67)	(0,00)	(1,26)	(0,59)
TOTAL		156	169	85	94	36	38	109	95	1.746	1.877
		8,93	9,00	4,87	5,01	2,06	2,02	6,24	5,06	100,00	100,00
		(100,00)	(100,00)	(100,00)	(100,00)	(100,00)	(100,00)	(100,00)	(100,00)	(100,00)	(100,00)

FONTES: SINE/CE.

NOTA: O 1º número de cada célula representa o número de casos;
O 2º número de cada célula deve ser observado pela Horizontal;
O 3º número de cada célula deve ser observado pela Vertical.

TABELA 15 - Distribuição dos Residentes na RMF, por Remuneração e Faixa Etária em 1986 e 1990.
(Continuação)

REMUNE- RACÃO		1990							
(S.M.)		0 :- 0,5		0,5 :- 1		1 :- 2		2 :- 3	
FAIXA ETÁRIA		MIG.	INÃO MIG.	MIG.	INÃO MIG.	MIG.	INÃO MIG.	MIG.	INÃO MIG.
10 :- 14		13	13	5	8	1	0	0	0
		54,17	46,43	20,83	28,57	4,17	0,00	0,00	0,00
		(10,48)	(9,22)	(1,12)	(1,47)	(0,22)	(0,00)	(0,00)	(0,00)
15 :- 19		32	30	64	90	15	38	1	2
		24,43	16,22	48,85	48,65	11,45	20,54	0,76	1,08
		(25,81)	(21,28)	(14,32)	(16,54)	(3,32)	(7,18)	(0,58)	(0,91)
20 :- 29		20	46	158	244	184	232	57	96
		3,53	5,67	27,92	30,05	32,51	28,57	10,07	11,82
		(16,13)	(32,62)	(35,35)	(44,85)	(40,71)	(43,86)	(33,33)	(43,64)
30 :- 39		14	21	109	104	110	135	45	63
		3,31	4,41	25,77	21,85	26,00	28,36	10,64	13,24
		(11,29)	(14,89)	(24,38)	(19,12)	(24,34)	(25,52)	(26,32)	(28,64)
40 :- 49		17	16	59	59	68	85	42	34
		5,90	5,06	20,49	18,67	23,61	26,90	14,58	10,76
		(13,71)	(11,35)	(13,20)	(10,85)	(15,04)	(16,07)	(24,56)	(15,45)
50 :- 59		16	9	33	28	55	25	19	20
		7,84	6,62	16,18	20,59	26,96	18,38	9,31	14,71
		(12,90)	(6,38)	(7,38)	(5,15)	(12,17)	(4,73)	(11,11)	(9,09)
60 :- 65		9	3	13	9	13	9	5	3
		15,25	9,09	22,03	27,27	22,03	27,27	8,47	9,09
		(7,26)	(2,13)	(2,91)	(1,65)	(2,88)	(1,70)	(2,92)	(1,36)
> 65		3	3	6	2	6	5	2	2
		13,04	15,79	26,09	10,53	26,09	26,32	8,70	10,53
		(2,42)	(2,13)	(1,34)	(0,37)	(1,33)	(0,95)	(1,17)	(0,91)
TOTAL		124	141	447	544	452	529	171	220
		7,22	7,03	26,02	27,13	26,31	26,38	9,95	10,97
		(100,00)	(100,00)	(100,00)	(100,00)	(100,00)	(100,00)	(100,00)	(100,00)

FONTES: SINE/CE.

NOTA: O 1º número de cada célula representa o número de casos;
O 2º número de cada célula deve ser observado pela Horizontal;
O 3º número de cada célula deve ser observado pela Vertical.

TABELA 15 - Distribuição dos Residentes na RMF, por Remuneração e Faixa Etária em 1986 e 1990.
(Continuação)

REMUNE- RAÇÃO		1990									
(S.M.)		3 - 5		5 - 10		> 10		Sem Remuneração		TOTAL	
FAIXA ETÁRIA		MIG.	INÃO MIG.	MIG.	INÃO MIG.	MIG.	INÃO MIG.	MIG.	INÃO MIG.	MIG.	INÃO MIG.
10 - 14		0	0	0	0	0	1	5	6	24	28
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,57	20,83	21,43	100,00	100,00
		(0,00)	(0,00)	(0,00)	(0,00)	(0,00)	(1,61)	(2,60)	(3,55)	(1,40)	(1,40)
15 - 19		2	6	0	1	1	1	16	17	131	185
		1,53	3,24	0,00	0,54	0,76	0,54	12,21	9,19	100,00	100,00
		(1,06)	(2,73)	(0,00)	(0,83)	(2,00)	(1,61)	(8,33)	(10,06)	(7,63)	(9,23)
20 - 29		56	72	29	33	5	16	57	73	566	812
		9,89	8,87	5,12	4,06	0,88	1,97	10,07	8,99	100,00	100,00
		(29,63)	(32,73)	(31,18)	(27,50)	(10,00)	(25,81)	(29,69)	(43,20)	(32,95)	(40,50)
30 - 39		58	61	31	43	13	20	43	29	423	476
		13,71	12,82	7,33	9,03	3,07	4,20	10,17	6,09	100,00	100,00
		(30,69)	(27,73)	(33,33)	(35,83)	(26,00)	(32,26)	(22,40)	(17,16)	(24,62)	(23,74)
40 - 49		37	53	16	26	15	18	34	25	288	316
		12,85	16,77	5,56	8,23	5,21	5,70	11,81	7,91	100,00	100,00
		(19,58)	(24,09)	(17,20)	(21,67)	(30,00)	(29,03)	(17,71)	(14,79)	(16,76)	(15,76)
50 - 59		28	24	12	15	14	4	27	11	204	136
		13,73	17,65	5,88	11,03	6,86	2,94	13,24	8,09	100,00	100,00
		(14,81)	(10,91)	(12,90)	(12,50)	(28,00)	(6,45)	(14,06)	(6,51)	(11,87)	(6,78)
60 - 65		6	2	4	1	2	0	7	6	59	33
		10,17	6,06	6,78	3,03	3,39	0,00	11,86	18,18	100,00	100,00
		(3,17)	(0,91)	(4,30)	(0,83)	(4,00)	(0,00)	(3,65)	(3,55)	(3,43)	(1,65)
> 65		2	2	1	1	0	2	3	2	23	19
		8,70	10,53	4,35	5,26	0,00	10,53	13,04	10,53	100,00	100,00
		(1,06)	(0,91)	(1,08)	(0,83)	(0,00)	(3,23)	(1,56)	(1,18)	(1,34)	(0,95)
TOTAL		189	220	93	120	50	62	192	169	1.718	2.005
		11,00	10,97	5,41	5,99	2,91	3,09	11,18	8,43	100,00	100,00
		(100,00)	(100,00)	(100,00)	(100,00)	(100,00)	(100,00)	(100,00)	(100,00)	(100,00)	(100,00)

FONTES: SINE/CE.

NOTA: O 1º número de cada célula representa o número de casos;
O 2º número de cada célula deve ser observado pela Horizontal;
O 3º número de cada célula deve ser observado pela Vertical.

A análise da Tabela 15 evidencia uma tendência de pauperização dos indivíduos migrantes, no sentido da passagem de estratos de renda mais alto para estratos de renda mais baixo, notadamente, em estratos específicos. Identifica-se, assim, três estratos que recebem claramente maior número de migrantes em 1986. O estrato de zero a meio salário-mínimo na faixa etária de 15 a 19 anos, comportava 50,79% dos migrantes e 48,96% dos não-migrantes, em 1986, passando a comportar nessa mesma faixa etária 24,43% dos migrantes e 16,22% dos não-migrantes em 1990. Mais forte ainda é a ampliação da faixa de 1 a 2 salários-mínimos, uma vez que 5,56% eram migrantes e 8,33% não-migrantes em 1986, na faixa etária de 15 a 19 anos, passa a conter em 1990, 11,45% de migrantes e 20,54% de não-migrantes.

De modo geral pode-se dizer que há uma tendência de ampliação dos segmentos de zero até 3 salários-mínimos, o predomínio de indivíduos migrantes em todas as faixas etárias. A partir daí a tendência é de redução dos migrantes nos segmentos de renda mais alta, expandindo assim o número de indivíduos naturais (não-migrantes).

A avaliação comparativa dos ganhos dos migrantes e não-migrantes por faixa etária nos períodos considerados revela, a partir dessa amostra, que na RMF o migrante é discriminado em termos de renda. Essa revelação, contudo, não surpreende, dada a fragilidade da estrutura produtiva e as características da estrutura de renda local. Ou seja, em virtude do nível e da distribuição de renda, não se espera que o espaço penetrado pelos indivíduos migrantes, garanta-lhes, em média, ganhos superiores

aos percebidos pelos indivíduos não-migrantes, isto é, aos naturais.

A distribuição dos rendimentos pessoais será examinada segundo os níveis de instrução formal dos residentes, por situação de naturalidade na RMF. Dado que o nível de instrução, segundo Germani (1969) explica o processo de adaptação, participação e aculturação dos migrantes na área de recepção.

Onde o processo de adaptação é a maneira com que o migrante desempenha seus papéis nas diversas esferas de atividade em que participa, devido às restrições impostas pela organização social e pelos grupos sociais em absorver o contingente migrante, surgindo assim, o processo assimilativo. Já o processo de aculturação se caracteriza pelo enquadramento do migrante aos hábitos, costumes e conhecimento do meio (da área urbana), que depende diretamente do nível de qualificação formal do contingente migrante.

TABELA 16 - Distribuição dos Residentes na RMF, por Remuneração e Grau de Instrução em 1986 e 1990.

REMU- RAÇÃO (S.M.)	1986							
	0 - 0,5		0,5 - 1		1 - 2		2 - 3	
	MIG.	INÃO MIG.	MIG.	INÃO MIG.	MIG.	INÃO MIG.	MIG.	INÃO MIG.
Analfabeto	58 36,48 (18,65)	34 33,33 (10,69)	63 39,62 (10,33)	36 35,29 (5,71)	23 14,47 (6,87)	18 17,65 (4,88)	5 3,14 (4,81)	4 3,92 (2,45)
Alfabetizado	72 28,02 (23,15)	69 36,70 (21,70)	102 39,69 (16,72)	76 40,43 (12,04)	40 15,56 (11,94)	18 9,57 (4,88)	11 4,28 (10,58)	8 4,26 (4,91)
1º Incompleto	151 20,11 (48,55)	163 23,25 (51,26)	334 44,47 (54,75)	299 42,65 (47,39)	130 17,31 (38,81)	118 16,83 (31,98)	32 4,26 (30,77)	42 5,99 (25,77)
1º Completo	11 9,09 (3,54)	10 5,81 (3,14)	33 27,27 (5,41)	68 39,53 (10,78)	29 23,97 (8,66)	42 24,42 (11,38)	11 9,09 (10,58)	17 9,88 (10,43)
2º Incompleto	9 11,39 (2,89)	19 16,10 (5,97)	20 25,32 (3,28)	45 38,14 (7,13)	23 29,11 (6,87)	24 20,34 (6,50)	3 3,80 (2,88)	9 7,63 (5,52)
2º Completo	8 2,95 (2,57)	21 5,24 (6,60)	50 18,45 (8,20)	94 23,44 (14,90)	73 26,94 (21,79)	116 28,93 (31,44)	35 12,92 (33,65)	61 15,21 (37,42)
Superior Incompleto	1 3,13 (0,32)	2 2,67 (0,63)	4 12,50 (0,66)	11 14,67 (1,74)	13 40,63 (3,88)	20 26,67 (5,42)	4 12,50 (3,85)	10 13,33 (6,13)
Superior Completo	1 1,32 (0,32)	0 0,00 (0,00)	4 5,26 (0,66)	2 1,67 (0,32)	4 5,26 (1,19)	13 10,83 (3,52)	3 3,95 (2,88)	12 10,00 (7,36)
TOTAL	311 17,81 (100,00)	318 16,94 (100,00)	610 34,94 (100,00)	631 33,62 (100,00)	335 19,19 (100,00)	369 19,66 (100,00)	104 5,96 (100,00)	163 8,68 (100,00)

FONTES: SINE/CE.

NOTA: O 1º número de cada célula representa o número de casos;
O 2º número de cada célula deve ser observado pela Horizontal;
O 3º número de cada célula deve ser observado pela Vertical.

TABELA 16 - Distribuição dos Residentes na RMF, por Remuneração e Grau de Instrução em 1986 e 1990.
(Continuação)

REMUNERAÇÃO (S.M.)	1986									
	3 - 5		5 - 10		> 10		Sem Remuneração		TOTAL	
	MIG.	INÃO MIG.	MIG.	INÃO MIG.	MIG.	INÃO MIG.	MIG.	INÃO MIG.	MIG.	INÃO MIG.
Analfabeto	4	1	0	1	0	0	6	8	159	102
	2,52	0,98	0,00	0,98	0,00	0,00	3,77	7,84	100,00	100,00
	(2,56)	(0,59)	(0,00)	(1,06)	(0,00)	(0,00)	(5,50)	(8,42)	(9,11)	(5,43)
Alfabetizado	11	5	4	1	0	2	17	9	257	188
	4,28	2,66	1,56	0,53	0,00	1,06	6,61	4,79	100,00	100,00
	(7,05)	(2,96)	(4,71)	(1,06)	(0,00)	(5,26)	(15,60)	(9,47)	(14,72)	(10,02)
1º Incompleto	43	31	14	12	4	4	43	32	751	701
	5,73	4,42	1,86	1,71	0,53	0,57	5,73	4,56	100,00	100,00
	(27,56)	(18,34)	(16,47)	(12,77)	(11,11)	(10,53)	(39,45)	(33,68)	(43,01)	(37,35)
1º Completo	13	16	9	9	4	1	11	9	121	172
	10,74	9,30	7,44	5,23	3,31	0,58	9,09	5,23	100,00	100,00
	(8,33)	(9,47)	(10,59)	(9,57)	(11,11)	(2,63)	(10,09)	(9,47)	(6,93)	(9,16)
2º Incompleto	18	10	0	5	2	0	4	6	79	118
	22,78	8,47	0,00	4,24	2,53	0,00	5,06	5,08	100,00	100,00
	(11,54)	(5,92)	(0,00)	(5,32)	(5,56)	(0,00)	(3,67)	(6,32)	(4,52)	(6,29)
2º Completo	47	58	34	23	8	9	16	19	271	401
	17,34	14,46	12,55	5,74	2,95	2,24	5,90	4,74	100,00	100,00
	(30,13)	(34,32)	(40,00)	(24,47)	(22,22)	(23,68)	(14,68)	(20,00)	(15,52)	(21,36)
Superior Incompleto	6	16	2	10	1	2	1	4	32	75
	18,75	21,33	6,25	13,33	3,13	2,67	3,13	5,33	100,00	100,00
	(3,85)	(9,47)	(2,35)	(10,64)	(2,78)	(5,26)	(0,92)	(4,21)	(1,83)	(4,00)
Superior Completo	14	32	22	33	17	20	11	8	76	120
	18,42	26,67	28,95	27,50	22,37	16,67	14,47	6,67	100,00	100,00
	(8,97)	(18,93)	(25,88)	(35,11)	(47,22)	(52,63)	(10,09)	(8,42)	(4,35)	(6,39)
TOTAL	156	169	85	94	36	38	109	95	1.746	1.877
	8,93	9,00	4,87	5,01	2,06	2,02	6,24	5,06	100,00	100,00
	(100,00)	(100,00)	(100,00)	(100,00)	(100,00)	(100,00)	(100,00)	(100,00)	(100,00)	(100,00)

FONTES: SINE/CE.

NOTA: O 1º número de cada célula representa o número de casos;
O 2º número de cada célula deve ser observado pela Horizontal;
O 3º número de cada célula deve ser observado pela Vertical.

TABELA 16 - Distribuição dos Residentes na RMF, por Remuneração e Grau de Instrução em 1986 e 1990.

REMUNE- RAÇÃO		1990							
(S.M.)		0 - 0,5		0,5 - 1		1 - 2		2 - 3	
GRAU DE INSTRUÇÃO		MIG.	INÃO MIG.	MIG.	INÃO MIG.	MIG.	INÃO MIG.	MIG.	INÃO MIG.
Analfabeto		25	25	59	45	53	24	12	10
		13,44	21,74	31,72	39,13	28,49	20,87	6,45	8,70
		(20,16)	(17,73)	(13,20)	(8,27)	(11,73)	(4,54)	(7,02)	(4,55)
Alfabetizado		15	8	36	31	35	27	13	8
		12,10	8,42	29,03	32,63	28,23	28,42	10,48	8,42
		(12,10)	(5,67)	(8,05)	(5,70)	(7,74)	(5,10)	(7,60)	(3,64)
1º Incompleto		70	81	264	308	227	257	69	89
		8,36	8,82	31,54	33,55	27,12	28,00	8,24	9,69
		(56,45)	(57,45)	(59,06)	(56,62)	(50,22)	(48,58)	(40,35)	(40,45)
1º Completo		6	7	31	53	43	56	21	23
		4,03	3,33	20,81	25,24	28,86	26,67	14,09	10,95
		(4,84)	(4,96)	(6,94)	(9,74)	(9,51)	(10,59)	(12,28)	(10,45)
2º Incompleto		5	7	22	37	31	40	6	13
		5,43	5,74	23,91	30,33	33,70	32,79	6,52	10,66
		(4,03)	(4,96)	(4,92)	(6,80)	(6,86)	(7,56)	(3,51)	(5,91)
2º Completo		3	12	31	62	57	106	43	68
		1,20	2,84	12,35	14,69	22,71	25,12	17,13	16,11
		(2,42)	(8,51)	(6,94)	(11,40)	(12,61)	(20,04)	(25,15)	(30,91)
Superior Incompleto		0	0	1	5	2	6	3	1
		0,00	0,00	4,00	13,89	8,00	16,67	12,00	2,78
		(0,00)	(0,00)	(0,22)	(0,92)	(0,44)	(1,13)	(1,75)	(0,45)
Superior Completo		0	1	3	3	4	13	4	8
		0,00	1,15	5,56	3,45	7,41	14,94	7,41	9,20
		(0,00)	(0,71)	(0,67)	(0,55)	(0,88)	(2,46)	(2,34)	(3,64)
TOTAL		124	141	447	544	452	529	171	220
		7,22	7,03	26,02	27,13	26,31	26,38	9,95	10,97
		(100,00)	(100,00)	(100,00)	(100,00)	(100,00)	(100,00)	(100,00)	(100,00)

FONTES: SINE/CE.

NOTA: O 1º número de cada célula representa o número de casos;
 O 2º número de cada célula deve ser observado pela Horizontal;
 O 3º número de cada célula deve ser observado pela Vertical.

TABELA 16 - Distribuição dos Residentes na RMF, por Remuneração e Grau de Instrução em 1986 e 1990. (Continuação)

GRAU DE INSTRUÇÃO	1990									
	31-5		51-10		>10		Sem Remuneração		TOTAL	
	MIG.	INÃO MIG.	MIG.	INÃO MIG.	MIG.	INÃO MIG.	MIG.	INÃO MIG.	MIG.	INÃO MIG.
Analfabeto	13	3	2	0	0	1	22	7	186	115
	6,99	2,61	1,08	0,00	0,00	0,87	11,83	6,09	100,00	100,00
	(6,88)	(1,36)	(2,15)	(0,00)	(0,00)	(1,61)	(11,46)	(4,14)	(10,83)	(5,74)
Alfabetizado	10	4	1	7	2	2	12	8	124	95
	8,06	4,21	0,81	7,37	1,61	2,11	9,68	8,42	100,00	100,00
	(5,29)	(1,82)	(1,08)	(5,83)	(4,00)	(3,23)	(6,25)	(4,73)	(7,22)	(4,74)
1º Incompleto	85	78	24	20	9	10	89	75	837	918
	10,16	8,50	2,87	2,18	1,08	1,09	10,63	8,17	100,00	100,00
	(44,97)	(35,45)	(25,81)	(16,67)	(18,00)	(16,13)	(46,35)	(44,38)	(48,72)	(45,79)
1º Completo	20	26	13	9	3	10	12	26	149	210
	13,42	12,38	8,72	4,29	2,01	4,76	8,05	12,38	100,00	100,00
	(10,58)	(11,82)	(13,98)	(7,50)	(6,00)	(16,13)	(6,25)	(15,38)	(8,67)	(10,47)
2º Incompleto	10	11	3	4	1	2	14	8	92	122
	10,87	9,02	3,26	3,28	1,09	1,64	15,22	6,56	100,00	100,00
	(5,29)	(5,00)	(3,23)	(3,33)	(2,00)	(3,23)	(7,29)	(4,73)	(5,36)	(6,08)
2º Completo	37	72	35	50	12	16	33	36	251	422
	14,74	17,06	13,94	11,85	4,78	3,79	13,15	8,53	100,00	100,00
	(19,58)	(32,73)	(37,63)	(41,67)	(24,00)	(25,81)	(17,19)	(21,30)	(14,61)	(21,05)
Superior Incompleto	6	11	6	4	5	5	2	4	25	36
	24,00	30,56	24,00	11,11	20,00	13,89	8,00	11,11	100,00	100,00
	(3,17)	(5,00)	(6,45)	(3,33)	(10,00)	(8,06)	(1,04)	(2,37)	(1,46)	(1,80)
Superior Completo	8	15	9	26	18	16	8	5	54	87
	14,81	17,24	16,67	29,89	33,33	18,39	14,81	5,75	100,00	100,00
	(4,23)	(6,82)	(9,68)	(21,67)	(36,00)	(25,81)	(4,17)	(2,96)	(3,14)	(4,34)
TOTAL	189	220	93	120	50	62	192	169	1.718	2.005
	11,00	10,97	5,41	5,99	2,91	3,09	11,18	8,43	100,00	100,00
	(100,00)	(100,00)	(100,00)	(100,00)	(100,00)	(100,00)	(100,00)	(100,00)	(100,00)	(100,00)

FONTES: SINE/CE.

NOTA: O 1º número de cada célula representa o número de casos;
 O 2º número de cada célula deve ser observado pela Horizontal;
 O 3º número de cada célula deve ser observado pela Vertical.

Analisando a Tabela 16 observa-se que em 1986 para o nível de instrução de analfabeto o número de migrantes é superior ao de não-migrantes em perceberem rendimentos variando na faixa de zero a meio salário-mínimo, com 36,48% de migrantes e 33,33% de não-migrantes e na faixa de 0,5 a 1 salário-mínimo 39,62% de migrantes e 35,29% de não-migrantes, na faixa de 1 a 2 salários-mínimos e de 2 a 3 salários-mínimos ocorre o contrário, o número de não-migrantes é maior que os migrantes. Para as faixas de renda superior a 3 salários-mínimos o número de migrantes é maior. No nível de instrução alfabetizados ocorre o inverso, tendo o número de não-migrantes nas faixas de rendimentos inferiores a 1 salário-mínimo, com a superioridade dos migrantes em perceberem rendas acima de 1 salário-mínimo, isto ocorre devido a conscientização da necessidade de melhorar o nível de qualificação por parte dos não-migrantes, via ampliação do nível de escolaridade, da forma a perceberem maiores rendimentos.

Observando a Tabela 16 por nível de renda constata-se que, para as faixas de zero a meio e de 0,5 a 1 salário-mínimo, independentemente de serem migrantes ou não-migrantes, o nível de qualificação formal desses contingentes nos períodos considerados, seguem a seguinte ordem; 1º grau incompleto, alfabetizados e analfabetos. Para as demais faixas de renda ocorre uma melhora na qualificação desses contingentes, isto é, para a faixa de renda variando entre 1 a 2 salários-mínimos a sequência dos níveis de instrução dos migrantes é; 1º grau incompleto (38,81%), 2º completo (21,19%) e alfabetizados (11,94%) e dos não-migrantes, 1º grau incompleto (31,98%), 2º

grau completo (31,44%) e 1º grau completo (11,38%). Para a faixa de renda de 5 a 10 salários-mínimos observa-se que a sequência do nível de instrução dos migrantes obedece à seguinte ordem, 2º grau completo (40,00%), superior completo (25,88%) e 1º grau incompleto (16,47%) e os não-migrantes, superior completo (35,11%), 2º grau completo (24,47%) e 1º grau incompleto (12,77%). Esses dados revelam que o pessoal classificado na categoria de migrante está procurando ampliar seus conhecimentos na busca de uma melhor qualificação para expandir a competitividade no mercado de trabalho na RMF.

Com referência aos dados de 1990, observa-se o mesmo comportamento do processo de distribuição de rendimento por grau de instrução ocorrido em 1986, dado que não houve nenhuma modificação na estrutura educacional das áreas de origem e de destino, muito pelo contrário, houve uma degradação da estrutura de ensino em todos os níveis de escolaridade, o que justifica a estabilidade apresentada no período de 1990.

Não parece haver dúvidas de que esses resultados reflitam a natureza seletiva referente ao nível de qualificação formal do pessoal migrante, que tende a diminuir na medida em que se ampliam os fatores de expulsão. É bom ressaltar que de acordo com as informações da pesquisa do SINE/CE, não há condições de detectar se os níveis de instruções dos migrantes foram adquiridos, em parte ou no total, na área de origem ou de destino.

7 CONCLUSÃO

O crescimento da população urbana na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) vem se processando nas últimas décadas a um ritmo bastante elevado, tendo as migrações internas, no sentido rural-urbano contribuído com quase a metade desse crescimento populacional líquido nessa região.

O processo migratório é um fenômeno um tanto complexo, sendo necessário estudá-lo em todos os aspectos e em todos os níveis, levando em consideração as variáveis estruturais e as conjunturais, no sentido de compreender quais os fatores determinantes desse fenômeno.

Há que se considerar que as migrações internas são um fenômeno de desequilíbrio inerente ao próprio processo de desenvolvimento. Não se conhece, entretanto, registro de países ou regiões que tenham se desenvolvido econômica e socialmente mantendo imobilizada sua população. Ao contrário, a experiência histórica sempre têm associado o desenvolvimento a uma forte mobilidade espacial da população.

O estudo evidencia que a população da RMF está rejuvenescendo cada vez mais devido o fluxo maciço do contingente migrante jovem de ambos os sexo, compreendidos nas faixas etárias de 15 a 19 anos, tanto em março de 1986 como em dezembro de 1990. Esses jovens migram em busca de melhores oportunidades, dado que as causas desses deslocamentos ocorre devido a "Falta de Emprego", "Falta de Escola" no setor rural e por "Melhores Salários" no setor urbano. Isso constata, que o

intenso afluxo e permanência de migrantes na RMF, esta consubstanciado pela precariedade de condições e de estímulos à permanência nas suas próprias áreas de origem, ou seja, nas áreas ruralizadas.

Constatou-se que esse fluxo de migrantes jovens, apresentam um baixo nível de qualificação formal oriundo da degradação do sistema educacional nas áreas rurais, que ao chegarem na região de destino (no caso RMF) passam por um processo seletivo discriminatório em relação aos não-migrantes no que se refere às oportunidades no mercado de trabalho, tanto a nível de absorção da força-de-trabalho, que são absorvidos no setor informal da economia, como a nível de rendimentos auferidos. Isso ocorre devido ao dinamismo e às maiores exigências de uma demanda por pessoas mais experiente e/ou treinadas.

Ficou evidente que o nível educacional dos indivíduos migrantes é baixo, variando entre o nível sem grau de instrução e primeiro grau incompleto, tanto para os homens como para as mulheres, o que determina o baixo nível de rendimento percebido por esse contingente.

No aspecto setorial da educação, especula-se sobre a oportunidade e eficiência de uma melhor atuação que vise a diminuir e propiciar à população níveis intermediários de instrução nas próprias áreas interioranas.

Não é pretensão que medidas dessa natureza contribua, isoladamente, para reter definitivamente a população nas áreas de

origem. Poderia, até mesmo, contribuir para ampliar a sua mobilidade geográfica e raio de abrangência, como também, postergar a idade em que ocorre a migração para a RMF (mediante a ampliação do número de anos de frequência à escola), com o conseqüente desafogo do sistema educacional dessa região. Isso enseja ao migrante potencial atingir um nível de instrução desejável ao deslocamento para outras áreas, em melhores condições de competição e com possibilidades de retornos mais altos. Ademais, possibilitaria compatibilizar a adaptar-se melhor ao treinamento e às próprias necessidades e realidades das áreas de origem e/ou áreas não metropolitanas para as quais se pretenda migrar.

Daí, cabe sugerir que se houvesse uma conscientização no sentido de introduzir paulatinamente no planejamento econômico e social das regiões do País como um todo e da RMF em particular uma dimensão espacial para a variável demográfica, levaria a uma melhor compreensão do comportamento migratório, que é sensível praticamente a todas as medidas de políticas econômicas e sociais adotada nos diversos campos e setores. Medidas essas que devem ser tomadas de forma a se evitarem conflitos e efeitos contraditórios, o que significa a necessidade de continuar procurando conhecer cada vez mais o proceso das migrações internas nas suas relações de causa e efeito com o desenvolvimento econômico e social e com as mutações associadas às aspirações e comportamento dos indivíduos e grupos familiares.

ABSTRACT

This dissertation aims to evaluate the socio-economic background between migrants and non-migrants residing in the Metropolitan Area of Fortaleza. The comparison is based upon the variables age, sex, education and earning. Surveys of 1986 and 1990 at individual level done by SINE/CE are taken for analysis. Only recently arrived migrants are considered. The study points out that, in both years, the main causes of migration are unemployment, opportunity for education and drought in the origin. Younger individuals tend to migrate more intensively regardless the sex, although, as a whole, the participation of female migrants are higher. It is also showed that the formal education level and average earning of the migrants are quite lower than the non-migrants.

8 BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Gilberto Osório de " Migração Internas e o Recife", Instituto Joaquim Nabuco e Pesquisas Sociais, Série Estudos e Pesquisas, 12, Recife, 1979.
- BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A. "Nordeste: Fluxos Migratórios Microregionais 1960/70" Fort.BNB. Revista Econômica do Nordeste. 7(1): 7-42. Jan/mar. 1976.
- COLE, W.C. and Sanders, R. D. "Internal Migration and Urban Employment in the Third World", The American Economic Review. v.75(7) june/1985. pp. 481-494.
- CASIMIRO, Liana M.C. de " Acumulação Capitalista, Emprego e Crise: Um Estudo de Caso". Séries Ensaio Econômicos, Sp, IPE/USP, 1986.
- CAVALCANTE, Ana Maria "Migração Rural-Rural no Nordeste do Brasil". Tese de Mestrado- CAEN/UFC. 1978.
- DIEGUES, M. "Causas y Problemas del Caso Brasilenno", Aportes nº15, Janeiro 1970, apud. Humberto Munoz e Orlandina de Oliveira, "Migraciones Internas em América Latina: exposicion y Critica de Algunas Analisis" em migração y Desarrollo: Consideraciones Teóricas, Clacso, Santiago do Chile, s/data. trad. à pag.7.
- EATON, PETER J. "Migração para Fortaleza: Um Teste do Modelo de Todaro", Revista Econômica do Nordeste. v.18(1) jan/mar. 1987. pp. 49-63.
- FERREIRA, Assuéro-"Migração e Força de Trabalho no Estado do Ceará". Série Relatório de Pesquisa, nº 26 CAEN/UFC. 1984.
- " Migrações Internas e Subdesenvolvimento: Uma discussão". In Revista de Economia Política, v.6(1) jan/abril: 1986. Brasiliense, pp. 98-124.
- " Pobreza Urbana e Distribuição de Renda na Região Metropolitana de Fortaleza". Série Relatório de Pesquisa, nº 24 CAEN/UFC. 1983
- GERMANI, G. "Asimilacion de Imigrantes em el medio Vilano", Sociologia de la modernizacion. Buenos Aires, Paidós, cap.IV, 1969, apud. Humberto Munoz e Orlandina Oliveira. trad. pag.8.
- "Sociologia da Modernização" (Tradução de

Sociologia de La Modernización) Ed. Mestre Jou. SP/1974, cap. IV e V.

HARRIS, John & H. Todaro, Michael P. " Migração e Desemprego e Desenvolvimento: Uma Análise Com Dois Setores" In Migrações Internas: Textos Seleccionados, Moura, H.A/ Coordenador, BNB/ETENE. tomo 1 pp.173-209.

LANGONE, C. Geraldo, -"A Rentabilidade Social dos Investimentos em Educação no Brasil" in Ensaios Econômicos, RJ. APEC/1972. pp.345-378.

LEE, Everetts " A Theory on Migration, Demography" v.3(1), 1966. Traduzido e Publicado em Moura, H. A. op.cit. pp. 95-114.

LIMA, Antonio A. de Macedo " Distribuição Espacial e Pessoal da Renda na Nordeste". Fortaleza, BNB - ETENE/1979.

LODDER, C.A. "Distribuição de Renda, Desemprego e Pobreza no Brasil: análise de uma amostra de município em 1970". IPEA, Coleção Relatório de Pesquisa, nº 30, 1976. pp. 63.

----- "Distribuição da Renda nas Áreas Metropolitanas", IPEA, Coleção Relatório de Pesquisas nº 30. 1976. pp. 63.

MARGULIS, M. "Análisis de um Processo Migratório Rural-Urbano en la Argentina". Aportes nº 3 jan/1967 Apud. Humberto Munoz & Orlandina Oliveiras. pp. 8.

MARTINEZ, M, "Las Migraciones Internas en el Peru" Aportes nº 10 out/1968, apud. Humberto Munoz & Orlandina de Oliveira. pp. 7.

MATA, Milton da, "Concentração de Renda, Desemprego e Pobreza no Brasil: análise de uma amostra de municípios em 1970", Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1979 - Relatório de Pesquisa nº 31. pp. 125.

----- Concentração de Renda, Desemprego e Pobreza no Brasil. Análise de uma amostra de município em 1970, IPEA, Coleção Relatório de Pesquisas nº 31, p.125.

MOURA, Hélio A, de. "Regiões Metropolitanas do Nordeste: Diferenciais de Renda e de Educação Entre Naturais e Migrantes-1970". Recife, SUDENE - DRH/1075.

MILONE, Paulo César. "População, Migração e Desenvolvimento Econômico: Evidência do Caso Brasileiro" Série Relatório de Pesquisa IPE/USP, 1986.

MYRDAL, G. "Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas" Ed. Saga, 3ª Edição RJ/GB - 1972. Cap.3

OLIVEIRA, Aécio, A. e Casimiro, L.M.C. "Considerações Sobre Acumulação, Emprego e Cresce na Região Metropolitana de Fortaleza" Série Textos para Discussão nº49, 1984 CEN/UFC.

Oliveira, F.de.-"O Estado e o Urbano no Brasil", Espaço & Debate, Revista de Estudos Regionais e Urbanos), SP/1982. pp. 6-37.

ONU. " Manual VI- Métodos de Medición de la Migración Interna". Nueva York, Departamento de Assuntos Econômicos y Sociales. 1972, tradução e publicação in Moura, H.A. (Coordenador)- Migrações Internas BNB/ETENE. 1980 pp.321-357.

RAVENSTEIN, E.G.-"The Laws of Migration", Journal of the statistical Society. v.47, parte 1 june de 1885, tradução e publicação in Moura, H.A(coordenador)- Migrações Internas Op. Cit. pp.25-88.

RINEROLA, D."Aspectos de las migraciones en el Paraguay" Aportes nº 3 jan/1967, apud. Jumberto Munoz & Orlandina de Oliveira. pp. 7.

SINGER, P. -"Migrações Internas: Considerações Teóricas Sobre o seu Estudo", in Economia Política da Urbanização, 8ª Edição. Ed. Brasiliense.-CEBRAP/ SP - 1976.

-----"Dinâmica Populacional e Desenvolvimento", 3ª Edição. Ed. Hucitec/SP. Série, Teses e Pesquisas. 1980.

SJAASTAD, Larey. A-"Os custos e Retornos da Migração". In Migração Internas...Op.Cit. tomo 1 pp.115-143.

SANTOS, Jair L.F. e LEVEY, Maria S.F.-"Dinâmica da População: teoria, métodos e técnicas de análises". T.A Queiroz, editor, Ltda, SP/1980.

SILVA, José, Hamilton G, Eaton, Peter, J et alli-"Sub-utilização de recursos humanos em áreas urbanas...", textos para discussão nº14, CAEN/UFC.

TONIATTI, Mário F^{co}."Migração Rural - Urbana no Estado do Ceará: Suas Causas". Tese de Mestrado - CAEN/UFC - 1976.

XAVIER,C.A. -"Avaliação da Pobreza nas Favelas da Região Metropolitana de Fortaleza(RMF), Dissertação de Mestrado, CAEN/UFC, 1991.